27 de Junho de 2024
N.º 2639
www.avante.pt
Director: **Manuel Rodrigues**

Comício do PCP
Domingo, 30, 15h30
Parque Urbano de Freamunde (Paços de Ferreira)
com Paulo Raimundo

Soa forte em todo o País a luta por salários e direitos

LUSA

As greves, concentrações e manifestações realizadas no âmbito da *Semana de esclarecimento, acção e luta* promovida pela CGTP-IN, que hoje termina, revelam uma grande disponibilidade dos trabalhadores para a luta pelo aumento dos salários e pela defesa e valorização dos direitos. Anteontem houve manifestação da Administração Local (na foto) e hoje há greve na grande distribuição e manifestação em Lisboa, do Campo Pequeno para o Ministério do Trabalho.

Págs. **4 a 7**

Pela criação do Estado da Palestina, contra o genocídio e pela paz. Em defesa da soberania na América Latina

Págs. **8 e 9**

AR debate hoje reforço da AIMA e solução para as vidas de 400 mil imigrantes

Pág. **21**

Após cinco anos preso em Londres, Julian Assange está finalmente em liberdade

Pág. **23**

Já se constrói a Festa do Avante!

Prioridade à sua divulgação e à venda da EP

RESUMO

19 Quarta-feira
Trabalhadores da Carris reunidos em plenário decidem fazer grave no dia 11 de Julho em apoio às suas reivindicações • Governo Regional da Madeira retira proposta de Programa que estava a ser discutida na Assembleia Legislativa • Ministério Público abre inquérito a divulgação de escutas envolvendo António Costa.

20 Quinta-feira
Tem início «semana de esclarecimento, acção e luta» promovida pela CGTP-IN • Governo aprova medidas destinadas, segundo diz, a «combater a corrupção» • Plano de reforço de professores não compensa docentes que se reformam este ano, alerta a Fenprof • Abandono escolar volta a aumentar nas instituições de ensino superior públicas, revela o portal Infocursos.

21 Sexta-feira
Secretário-Geral do PCP acusa PS de estar comprometido com uma estabilidade política que cria instabilidade na vida das pessoas • Abre portas a Feira de São João, em Évora • Pastoral dos Ciganos alerta para marginalização no acesso à educação, saúde e habitação • Parlamento aprova propostas para constituição de comissão de inquérito à gestão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

22 Sábado
Paulo Raimundo, discursando na Anadia, considera que as medidas anunciadas pelo Governo de combate à corrupção não passam de «intenções» • Ministério da Saúde adia reuniões com sindicatos médicos; presidente da FNAM, Joana Bordalo e Sá, considera que adiamento da reunião sem nova data marcada «não é um bom sinal» • Ordem dos Advogados manifesta-se preocupada com violação dos direitos humanos dos reclusos nas cadeias portuguesas.

23 Domingo
Deflagra incêndio em fábrica de produtos hortícolas no concelho de Marco de Canavezes • Primeira equipa do país em dedicação exclusiva às urgências, que entrou em funções em 17 de Junho, «está a funcionar muito bem», informa a presidente da ULS São José, em Lisboa • Okinawa pede redução de bases norte-americanas no arquipélago japonês • Bombardeamentos israelitas matam 15 palestinianos em Gaza e Nuseirat.

24 Segunda-feira
Hospital de Évora com «situação crítica» de reservas de sangue apela à dádiva • Estudantes oriundos dos PALOP vivem «muitos problemas e dificuldades», denuncia Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa • GNR resgata 16 migrantes numa embarcação ao largo de Espanha • Julian Assange sai da prisão de segurança máxima de Belmarsh em Londres, onde estava detido há cinco anos.

25 Terça-feira
Trabalhadores da Transportes Sul do Tejo paralisam em apoio da exigência de aumentos salariais e do subsídio de refeição • Trabalhadores da Administração Local entregam abaixo-assinado ao Governo, com mais de 17 mil assinaturas, reivindicando o alargamento do subsídio de salubridade e penosidade • Sonda lunar chinesa regressa com amostras inéditas do lado mais distante da Lua.

ACONTECEU

«A Cor da Liberdade» exibido em Setúbal

O preso político português por mais tempo submetido à tortura do sono durante a ditadura, José Pedro Soares, esteve no Cinema Charlot – Auditório Municipal de Setúbal, no dia 19 de Junho, à conversa com o público, na exibição de «A Cor da Liberdade». O resistente antifascista, um dos protagonistas do documentário, foi um dos convidados do encontro, moderado por Pedro Soares, da União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP). Participaram também Pedro Pina, vereador da Cultura na autarquia, e a argumentista do filme, Filipa Patrício.

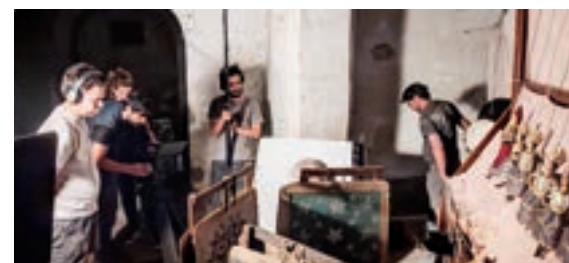
José Pedro Soares falou de muitas histórias da luta pela democracia em Portugal e da importância da resistência e da liberdade na história e na cultura de Setúbal. «O povo de Setúbal tem uma história incrível de resistência», afirmou, referindo-se às «lutas travadas nas indústrias e por ai fora». Naquela «cidade tão bonita» até «aqui estão os restos mortais de um dos meus ídolos da juventude, o José Afonso», acrescentou.

Outra das partilhas feitas durante a conversa muito participada, com o público a reflectir em conjunto com o antigo preso político, é que «Setúbal é uma cidade com um património histórico extraordinário, também pelos movimentos operário» e de luta estudantil contra o fascismo. «Setúbal tem tantas histórias incríveis, tantos antigos presos políticos, e tanta história que o povo não deve esquecer», considerou.

José Pedro Soares foi sujeito a um duro e longo período de tortura, tendo estado 33 dias e 33 noites sem dormir.

Nascido em Cachoeiras, Vila Franca de Xira, em 1950, entrou em Peniche com 23 anos de idade para cumprir a pena de três anos e meio de prisão, depois de ter sido detido com 21 anos, pela actividade que desenvolvia enquanto militante do PCP. Na prisão, foi torturado pelos agentes da PIDE/DGS, que não conseguiram obter qualquer informação, nem sequer a assinatura nos autos de perguntas.

João Barrento recebe Prémio Camões 2023

O escritor e tradutor português João Barrento, 84 anos, recebeu, no dia 20 de Junho, em Lisboa, o Prémio Camões 2023, que lhe foi atribuído pela sua «obra relevante e singular em que avultam o ensaio e a tradução literária». O júri destacou em particular «as suas traduções de literatura de língua alemã, que vão da Idade Média à época contemporânea, e em que os géneros literários formam o mais consistente corpo de traduções literárias do nosso património cultural e constituem indubitavelmente um meio de enriquecimento da língua e de difusão em português das grandes obras da literatura mundial».

Bonecos de Santo Aleixo em curta-metragem

Os Bonecos de Santo Aleixo participaram numa curta-metragem de ficção, do realizador Carlos Lima, com produção «Sem Termo», em parceria com o CENDREV e o Museu da Marioneta. As filmagens aconteceram este mês de Junho, e o projecto encontra-se agora em fase de montagem e pós-produção, contando com o apoio do Instituto do Cinema e Audiovisual; Fundação GDA; Direcção Regional de Cultura do Alentejo; Câmara Municipal de Évora; Câmara Municipal de Borba e Entidade de Turismo do Alentejo.

«A magia dos Bonecos de Santo Aleixo surpreende-nos assim que estes pequenos títeres de cortiça e madeira saltam para o retábulo de tecidos floridos, e conseguem encantar o público ultrapassando até mesmo a barreira do idioma», destaca em nota de imprensa o CENDREV.

Camila Rebelo é campeã europeia dos 200 metros costas

No dia 18 de Junho, a nadadora portuguesa Camila Rebelo sagrou-se campeã nos Europeus aquáticos que se realizaram em Belgrado, com com um tempo de 2.08,95 minutos, um novo recorde nacional.

Camila Rebelo, que tinha nadado a distância em 2.11,42 minutos nas eliminatórias e em 2.10,73 nas meias-finais, passou a liderar a prova nos últimos 50 metros e acabou com um novo máximo histórico, batendo um registo que já lhe pertencia (2.09,54).

Barcelona acaba com alojamento local

A autarquia de Barcelona não vai conceder mais licenças para alojamento local e não renovará as que existem, o que acabará com os apartamentos para turistas até ao final de 2028.

Barcelona tem actualmente 10 101 alojamentos locais oficialmente registados e um dos objectivos da medida é que entrem no mercado de habitação, tanto de arrendamento como de venda, disse, na passada semana, Jaume Collboni, presidente da Câmara da cidade.

Nos últimos dez anos, o custo do arrendamento de casas em Barcelona subiu 68 por cento e o de venda 38 por cento.

CRÓNICA INTERNACIONAL

A História os julgará

Ângelo Alves

Os crimes e o genocídio em curso na Palestina, e a situação no Médio Oriente, são uma dantesca montra do carácter e natureza do regime sionista e das forças e poderes que o continuam a apoiar, desde logo os EUA. Esta semana foi marcada por vários crimes na Faixa de Gaza e na Cisjordânia que violam elementares princípios do direito internacional e humanitário. No sábado, dia 22, mais de 100 palestinianos foram mortos em apenas 24 horas na Faixa de Gaza. Trata-se da maior matança desde o dia 8 de Junho, quando Israel matou 274 palestinianos no campo de refugiados de Nuseirat. Já na sexta-feira, dia 21, o exército israelita tinha desencadeado vários ataques no sul da Faixa de Gaza. Um deles foi o bombardeamento ao Campo de refugiados al-Mawasi, onde foram mortos 25 palestinianos e atacadas as instalações do Comité Internacional da Cruz Vermelha, ali existentes e identificadas. No domingo, oito palestinianos foram mortos e vários outros ficaram feridos na cidade de Gaza, perto de instalações da UNRWA onde se abrigavam centenas de pessoas. Desde Outubro passado foram atacadas 188 instalações da ONU.

Os relatos do terreno indicam que os tanques israelitas avançaram ainda mais nas partes ocidental e norte de Rafah, adensando o perigo de um assalto total a esse último reduto. Os crimes israelitas não se limitam ao massacre directo de vidas. A destruição em Gaza é generalizada. Não escapam nem hospitais nem escolas (69% das quais estão destruídas, segundo a ONU). A fome alastra com a chegada do tempo quente, onde os alimentos se deterioram mais facilmente. As epidemias alastram devido à contaminação das águas. É um verdadeiro inferno. Mas não apenas em Gaza. Na Cisjordânia multiplicam-se os ataques. 553 mortos palestinianos desde Outubro passado. No sábado, em Jenin, numa das muitas incursões do exército israelita, um palestiniano ferido foi amarrado ao capot de um veículo militar e assim «passeado» pelas ruas de Jenin. São estes alguns exemplos do indizível crime que está a ocorrer na Palestina. E como se isso não bastasse, Israel aprova novos planos de guerra, desta feita contra o Líbano. Ao mesmo tempo afirma cinicamente que «a fase mais intensa» em Gaza poderá estar para terminar, informando simultaneamente que a guerra e a ocupação militar de Gaza continuarão.

Os EUA continuam a apoiar Israel

Os EUA tentaram várias manobras e cortinas de fumo para esconder o seu apoio incondicional a Israel. Mas a verdade é mais poderosa. Nesse fim de semana de terror aterrava em Israel mais um carregamento de armamento vindo dos EUA. Nesse mesmo dia John Kirby afirmava que «nenhum outro país [os EUA] faz mais para ajudar Israel a se defender contra a ameaça do Hamas». Responsáveis de topo dos EUA garantiram a Israel que dariam todo o apoio em caso de guerra em grande escala contra o movimento Hezbollah, segundo notícia de sábado da CNN internacional. Na segunda, o ministro da Defesa Israelita viajou para Washington para encontros de alto nível onde, segundo o próprio, serão discutidos os «desenvolvimentos nas frentes Sul e Norte» (Gaza e Líbano). É esta a verdade: os EUA são tão culpados como Israel do inferno que ali estão a criar, e a conivência do dito «ocidente» também. A história os julgará, a todos.

EDITORIAL

Pelos salários e os direitos

A LUTA INTENSIFICA-SE

O Governo continua empenhado em levar por diante a política de direita que está na origem das injustiças e desigualdades que marcam a vida dos trabalhadores e do povo.

Por outro lado, para lá da operação de propaganda com que pretende esconder as reais opções políticas que norteiam a sua acção, o Governo – e os partidos que na AR dão suporte às suas medidas – mantém-se ao serviço dos grupos económicos e, numa linha de aprofundamento da exploração, aposta na desvalorização do que verdadeiramente interessa aos trabalhadores e ao povo, ou seja, o aumento geral dos salários, em pelo menos 15 por cento com um mínimo de 150 euros, e a fixação já este ano do Salário Mínimo Nacional nos mil euros.

Como o PCP reconhece, sublinha e propõe, é isso mesmo que é urgente e necessário fazer para tornar o País mais justo e atractivo: distribuir uma parte muito maior da riqueza criada por quem trabalha e verdadeiramente a produz e faz funcionar a economia e o País.

Como sublinhou, mais uma vez, na sexta-feira passada em Vila Franca de Xira, o Secretário-Geral do PCP, «aumentar salários, respeitar os trabalhadores, valorizar carreiras e profissões, é este o caminho e só este, para combater as injustiças e as desigualdades, garantir o desenvolvimento do País e assegurar a construção da vida melhor a que todos têm direito».

Na semana passada o Governo anunciou um grande envelope anticorrupção, a que chamou «Agenda Anticorrupção». E, como ocorre relativamente a outras medidas, as matérias de combate à corrupção foram objecto de propaganda, sem uma palavra sequer para condenar a promiscuidade entre o poder político e o poder económico ou a submissão do primeiro ao segundo; sem uma referência que fosse às privatizações como uma das principais causas da corrupção; sem uma alusão aos paraísos fiscais e ao tráfico de influências, que, pelo contrário, agora querem normalizar, regulamentando o chamado «lobbing», que mais não é do que o tráfico de influências sob forma legal. Por outro lado, se como diz o Governo um dos objectivos é dar «maior celeridade» aos processos, porque não resolve então os reais problemas que a impedem, dotando as autoridades judiciárias e os tribunais dos recursos humanos de que carecem?

E, ao mesmo tempo que o Governo do PSD e CDS avança com este «pacote», o PS, como tem feito relativamente a muitas outras matérias, em vez de se afirmar como oposição a estas medidas, anima uma espécie de «faz-de-conta», comprometido que está com esta política, tal como estão, o Chega e a IL.

Da parte do PCP, sejam quais forem as circunstâncias, assumirá o seu compromisso de sempre com os trabalhadores, o povo e o País. Um compromisso que se expressa todos os dias, para o que der e vier, em todas as frentes, com a sua iniciativa e intervenção.

O PCP estará hoje, como sempre esteve, no combate às desigualdades e injustiças, pelo aumento dos salários e das pensões, no combate à precariedade e à desregulação dos horários, pela salvação e reforço do Serviço Nacional de Saúde; pelo acesso à habitação; pelos direitos das crianças; pela regularização extraordinária dos imigrantes; pelo firme combate à liberalização da ferrovia e à privatização da TAP.

Este é o posicionamento que resulta da sua coerente atitude de servir sempre os trabalhadores e o povo e de assumir, com firmeza, a defesa dos interesses nacionais. Desenvolvendo a sua iniciativa pela resposta aos problemas, pela ruptura com esta política, pela alternativa patriótica e de esquerda, cuja concretização se torna premente. Intervindo, com determinação mas também com confiança num futuro melhor, por um País desenvolvido, de progresso social e de paz.

É que, como ainda há pouco o Comité Central do PCP voltava a afirmar, o capital e os seus meios, podem muito mas não determinam tudo. A luta dos trabalhadores e do povo, a intervenção do PCP e de muitos outros democratas e patriotas, nesta batalha, serão sempre os factores decisivos.

Por isso mesmo, é do interesse dos trabalhadores, do povo e do País dar mais força ao PCP e à luta. Luta que se desenvolve e intensifica, como se está a ver nas empresas e locais de trabalho e se viu, de forma particular, nesta semana de esclarecimento, acção e luta da CGTP-IN, que arrancou no dia 20 e hoje culmina, com numerosas acções convergentes por todo o País.

Uma luta dos trabalhadores, das populações e de diferentes camadas e sectores, de resposta e resistência, mas também com possibilidades de avanços, uma luta que dá confiança, e que terá de continuar e de se intensificar.

Da mesma forma, o PCP toma a iniciativa, quer na preparação da Festa do Avante!, com prioridade à sua divulgação e venda da EP, quer na convergência com democratas e patriotas, quer na preparação do seu XXII Congresso, de que será um importante momento a realização da reunião do Comité Central, amanhã, e o debate que se desenvolve nas organizações do Partido.

Importa, pois, desenvolver esta acção, certos de que, independentemente das circunstâncias, a luta dos trabalhadores e do povo vai prosseguir. E, estimulando-a, com ela prosseguirá também a iniciativa, a intervenção e o reforço do PCP.

Administração Local trouxe a luta para a rua

Com a manifestação nacional de trabalhadores da Administração Local, empresas públicas e municipais e empresas concessionárias de serviços públicos, anteontem, de manhã, em Lisboa, saiu à rua a luta pela valorização das profissões e por uma justa compensação pela natureza específica das funções, que muitas vezes implicam risco para a saúde e disponibilidade sem compensação.

Milhares de trabalhadores, de todo o País, incluindo representações das regiões autónomas da Madeira e dos Açores, começaram por se concentrar no Largo do Rato, respondendo ao apelo dos sindicatos da CGTP-IN na Administração Local, o STAL e o STML. Em manifestação, com faixas, bandeiras e cartazes, entoando palavras de ordem, desceram a Rua de São Bento, até junto da escadaria do Palácio de São Bento.
Tiago Oliveira, Secretário-Geral da CGTP-IN, enalteceu a realização desta jornada. «O que temos de fazer é vir para a rua lutar», salientou, considerando que nisto se concretiza «a segunda parte» da «semana de esclarecimento, acção e luta», promovida pela confederação desde dia 20.
O dirigente, depois de alertar para os perigos incluídos no Programa do Governo e as medidas que vão sendo aprovadas pelo Executivo PSD/CDS, sublinhou a necessidade de «vir para a rua, lutar por melhores condições de vida e de trabalho», levar «as dificuldades da vida» e o descontentamento «para os locais de trabalho, para a Assembleia da República, para aqueles que nos infernizam a vida e que têm de nos ouvir e pagar por aquilo que fazem».

Deve estar no centro do debate político

Nesta acção de luta integrou-se uma delegação do PCP, dirigida pelo Secretário-Geral, que reafirmou a solidariedade do Partido para com as justas reivindicações dos trabalhadores. Em declarações aos jornalistas, Paulo Raimundo assinalou que, com esta manifestação, foca-se a atenção «naquilo que é fundamental, que é a valorização das carreiras e das profissões, respeitar quem trabalha, quem põe o País a funcionar» e que merece, «acima de tudo, aumento dos salários» dos trabalhadores da Administração Local e de todos os trabalhadores.
Estas são questões que «têm de estar no centro do debate político» e, «quando tanta gente se preocupa com a chamada estabilidade política, o que é preciso garantir é a estabilidade da vida destas pessoas».
«É preciso que a política do Governo responda às necessidades da maioria e não de uma pequena minoria, que faz, dos problemas da maioria, negócio», disse ainda Paulo Raimundo.

LUSA

Em Lisboa manifestaram-se trabalhadores de todo o País

Imediato aumento dos salários

«O que é necessário e urgente é mesmo um imediato aumento dos salários, que coloque já o salário mínimo nos mil euros, reflectindo esta subida em toda a tabela remuneratória», enfatizou Cristina Torres.
A presidente do STAL, última dirigente sindical a intervir no palco móvel, instalado com a Assembleia da República por trás, reiterou a importância do abaixo-assinado, com 25 mil subscritores, que uma delegação iria entregar, logo depois, na residência oficial do primeiro-ministro.
Com uma longa lista de profissões em que os trabalhadores estão «expostos a poeiras, gases, ruído, vibrações, temperaturas extremas, qualidade do ar desgraçada, um esforço físico e psíquico impossível de manter até aos 66 anos e sete meses de idade», reiterou as exigências que constam no abaixo-assinado, para valorizar o trabalho em tais condições.
O Suplemento de Penosidade e Insalubridade, com efeitos desde 2021, foi alcançado após uma luta de mais de 30 anos. No entanto, não inclui o factor risco e tem uma abrangência limitada.
No abaixo-assinado reclama-se um Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco, a atribuir a mais trabalhadores e profissões (incluindo todo o sector empresarial), e a actualização do seu valor. Nele deve prever-se a redução do horário de trabalho, a diminuição do tempo de trabalho para aposentação (reforma) e o acréscimo dos dias de férias.

«O que temos de fazer é vir para a rua lutar»

É reivindicada também a regulamentação do Suplemento de Disponibilidade e Piquete e defende-se a identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido neste sector.
Mas «a valorização não se resolve apenas com suplementos», lembrou Cristina Torres, que enumerou outras medidas necessárias: acabar com o SIADAP, recuperar as carreiras e o direito à progressão a cada três anos, o direito à promoção e a contagem de todo o tempo de serviço.
Reconhecimento acontece «quando o salário permite viver com dignidade e garante o direito à felicidade». Ora, «com 821,80 euros, o salário-base dos assistentes operacionais, ou com 922,47 euros, o salário-base dos assistentes técnicos, isso é impossível, aos preços que a vida custa hoje» e, «mesmo com os 1385 euros do salário-base dos técnicos superiores, é muito difícil».

Parlamat

Na sede da AIMMAP

Exigências levadas à AIMMAP

Até junto da sede da associação patronal da metalurgia e metalomecânica (AIMMAP), no Porto, manifestaram-se, no dia 19, cerca de duas centenas de delegados sindicais e outros trabalhadores de empresas do sector, recordista em exportações. O objectivo desta acção, em que participou o Secretário-Geral da CGTP-IN, Tiago Oliveira, foi exigir o desbloqueamento da contratação colectiva e a negociação das reivindicações apresentadas pela FIEQUIMETAL e os seus sindicatos, nomeadamente: aumento dos salários em 15 por cento, com um mínimo de 150 euros, e um salário mínimo de 1000 euros ainda este ano; valorização das carreiras e profissões; redução do horário de trabalho semanal para 35 horas, para todos, sem redução de salário; fim da desregulação dos horários de trabalho; erradicação da precariedade.

Grupo Floene
Trabalhadores da Lisboagás e da Setgás concentraram-se, dia 21, junto da sede do Grupo Floene, nas Torres de Lisboa, para exigirem que o Acordo Colectivo de Trabalho da Lisboagás passe a aplicar-se a todos os trabalhadores das demais distribuidoras. Profissionais com a mesma categoria e o mesmo conteúdo funcional não deverão ter remunerações e direitos diferentes, como agora sucede, defendem os sindicatos SITE CSRA e SITE Sul, admitindo que, se a empresa persistir na tentativa de bloqueio das negociações anuais do ACT e na recusa do direito ao diálogo, serão tomadas decisões, num futuro próximo, sobre formas de luta.

Parmalat
Desde o início, às 5h00 de dia 21, a greve na Parmalat Portugal (Águas de Moura, Palmela) teve forte adesão, em todos os turnos, provocando a paragem da produção, como assinalou o SITE Sul. No dia 24, em plenário, à porta da empresa, os trabalhadores decidiram avançar com novas greves de quatro horas, no início de cada turno, das 5h00 do dia 2 de Julho às 21h00 do dia 7.

Fico Cables
A greve de dias 24 e 25, na Fico Cables (Maia) teve um nível de adesão de 90 por cento, em ambos os dias, como informou o SITE Norte. Durante a paralisação, foram realizados plenários no exterior da fábrica.

«Semana» termina hoje estimulando novas lutas

Uma greve nas empresas da grande distribuição, uma manifestação em Lisboa e iniciativas públicas noutras capitais de distrito destacam-se na agenda do último dia da «semana de esclarecimento, acção e luta», que a CGTP-IN promove desde dia 20, até hoje.
Os sindicatos do distrito de **Lisboa** marcaram para as 15 horas uma concentração no Campo Pequeno, seguida de outro protesto junto do Ministério do Trabalho. As «tribunas públicas» realizam-se, de manhã, em **Viana do Castelo** (Praça da República) **e em Castelo Branco** (frente à Câmara Municipal) e, de tarde, em **Viseu** (frente à Segurança Social), **Faro** (Jardim Manuel Bívar), **Funchal** (Largo do Phelps) e **Porto** (estação da Trindade).
Foi convocada uma jornada de luta para a Ilha de **São Miguel** (Açores).
Uma manifestação teve lugar, ontem de manhã, nas ruas de **Setúbal**, e estavam marcadas, para a tarde, acções em **Leiria** e **Braga**.
Na **indústria de carnes**, foi convocada greve para ontem, com concentração no Ministério do Trabalho.
Para hoje, o CESP convocou greve nacional nas empresas da **grande distribuição** comercial, que ganhou mais razão depois da mais recente contraproposta da associação patronal, dia 19. A APED, protestou o sindicato, quer condenar os trabalhadores à pobreza, com uma tabela salarial cujo topo de carreira fica 30 euros acima do mínimo nacional. Os patrões dos super e hipermercados persistem no «banco» de horas, que representa 150 horas de trabalho gratuito, e querem contratos precários até 12 meses. Às 11 horas, em

Lisboa, duas marchas de trabalhadores dirigem-se para o Pingo Doce, na Av. Duque de Ávila, onde decorre uma vigília de 24 horas.
Uma marcha semelhante percorreu vários supermercados de Vila Nova de Gaia, no dia 20.
O CESP manifestou-se ontem, mais uma vez, frente à sede da **Webhelp** (Concentrix), contra o despejo ilegal de trabalhadores, dos quartos que a empresa lhes arrenda sem contrato.
Novas greves foram já anunciadas para os próximos dias, nomeadamente, na **JAC Products**, na **Naveprinter** e na **ORICA**.
Ao convocar esta «semana», a 16 de Maio, o Conselho Nacional da CGTP-IN apelou à intensificação da luta nos locais de trabalho, serviços, empresas e sectores.

Marcha em supermercados, Vila Nova de Gaia

Salários nas misericórdias têm de aumentar

No dia 21, os trabalhadores das misericórdias e da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), em greve, concentraram-se à porta da sede da UMP, numa acção promovida pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS). No centro desta acção de luta estiveram as reivindicações de salários justos e dignos, melhores condições laborais e a integração na esfera do Estado.
Em declarações à imprensa, Elisabete Gonçalves, dirigente sindical e responsável pelo sector social na federação, destacou a grande adesão dos trabalhadores à greve em vários pontos do País, o que fez com que muitas instituições, principalmente na área da infância, estivessem encerradas durante esse dia.
No final da concentração, os trabalhadores presentes aprovaram, por unanimidade, uma resolução que explanou as suas reivindicações e que foi entregue na sede da UMP.
Na acção, estiveram presentes o coordenador da FNSTFPS, Sebastião Santana, e o Secretário-Geral da CGTP-IN, Tiago Oliveira.
Alma Rivera, do Comité Central do PCP, marcou presença solidária na concentração, lembrando que, apesar de essenciais, estes trabalhadores não têm o reconhecimento adequado, e defendendo que devem ter melhores condições de trabalho.

Misericórdias recusam negociar

É «inaceitável», considerou a FNSTFPS, que a UMP e as misericórdias continuem sem chegar a um acordo com as estruturas sindicais que preveja aumentos salariais para os seus trabalhadores, situação que já ocorreu em 2023, e que se perspectiva «que assim seja em 2024».
De acordo com a federação, numa nota que antecedeu a jornada, da parte das entidades patronais, vieram propostas de aumentos de dois ou três euros, num contexto em que muitos trabalhadores recebem o salário mínimo nacional (e mesmo os técnicos superiores recebem menos que os seus congéneres na Administração Pública).
Assim, «após grande insistência dos representantes da FNSTFPS», afirmou esta estrutura, «as misericórdias comprometeram-se a apresentar uma nova proposta de actualização salarial, para ser discutida a 27 de Maio».
No entanto, «não só não apresentaram» essa proposta, como «pediram o adiamento da reunião, que até hoje não foi marcada».
A FNSTFPS considera que não se pode continuar a adiar a actualização salarial «para daqui a mais uns meses», sendo necessário concretizá-la em 2024, com retroactividade a Janeiro.

Protesto dirigiu-se à sede da União das Misericórdias Portuguesas

Luta prossegue na TST, CP e Carris

Na **Carris**, depois de um ciclo de greves parciais que começou no dia 17 e que foi marcado por uma forte adesão, os trabalhadores da empresa municipal decidiram, em plenário realizado no dia 19, na Praça do Município de Lisboa, avançar para novas acções de luta: uma paralisação de 24 horas no dia 11 de Julho e greve, de 15 a 19 de Julho, às primeiras e últimas duas horas do horário de trabalho diário. O aumento geral dos salários e a redução do horário de trabalho estão entre as exigências apresentadas por estes trabalhadores ao Conselho de Administração.
Já na **CP**, foi uma greve que fez encerrar as oficinas de Guifões e Contumil, no Porto, durante o dia 20. Estes trabalhadores, que também estiveram concentrados, durante a manhã do mesmo dia, na Estação de Campanhã, estiveram em luta pelo cumprimento do Acordo de Empresa e contra a discriminação entre trabalhadores, pela melhoria das condições de trabalho e segurança nas oficinas, contra os baixos salários e pela valorização das carreiras. Este processo continuará no dia 28 com uma paralisação que abrangerá todos os trabalhadores da CP.
Na **TST** foram as exigências de um aumento salarial mínimo de 80 euros e uma actualização do subsídio de refeição, de 7,30 para 9,60 euros, que motivaram uma greve no dia 25. Os sindicatos que representam estes trabalhadores ameaçam novas jornadas de luta para os dias 5 e 25 de Julho caso não haja nenhuma evolução na proposta da TST.

CTT

Também nos CTT estão já em curso e prevêem-se diversas paralisações às duas primeiras horas do primeiro período de trabalho e ao primeiro e segundo períodos de trabalho. Está convocada uma greve geral ao trabalho extraordinário e suplementar de 1 de Julho a 31 de Dezembro. No CDP do Cartaxo foi já assumida pela empresa a resolução de alguns problemas.

Trabalhadores das oficinas da CP concentraram-se na estação de Campanhã

CDP dos CTT no Cartaxo

Pizza Hut, Carnaxide

Protesto firme na Pizza Hut

Na quinta-feira, 20, os trabalhadores da **Pizza Hut** (Ibersol) concentraram-se em frente à loja de Carnaxide, numa acção convocada pelo Sindicato de Hotelaria do Sul.
No centro da luta estiveram reivindicações como o aumento digno dos salários (num grupo que somou 73,70 milhões de euros de lucro em 2023), actualização e extensão para todos do subsídio de alimentação, progressão na carreira, ou o aumento para 1,90 euros do valor pago aos distribuidores por cada entrega.
Os trabalhadores exigiram, ainda, o respeito pela actividade sindical na empresa e o fim da perseguição a quem a desenvolve, como é o caso de um trabalhador daquela loja, alvo de um processo disciplinar e suspenso pelo facto de ser dirigente sindical.

SUCH

No dia 21, os trabalhadores da **SUCH** reuniram à porta da lavandaria do Hospital Fernando da Fonseca, Amadora.
A acção decorreu após a SUCH bloquear a negociação com a FESAHT por um novo Acordo de Empresa, preferindo negociar com estruturas da UGT. Deste último acordo saíram graves retrocessos, como a possibilidade de aumento do horário diário para 12 horas (sem pagamento) ou fim do direito ao descanso compensatório.

Coceda

Os trabalhadores da **Coceda Portugal** (Font Salem, antiga cervejeira Cintra), em Santarém, realizaram um plenário no dia 24, reivindicando um aumento imediato de 34 por cento nos seus salários, com promessa de greve caso a empresa não aceite negociar.

Conservas

A FESAHT promoveu, entre os dias 19 e 26, uma campanha de contacto com os trabalhadores das conservas de peixe em todo o País, com vista a esclarecer sobre a actual ofensiva do patronato do sector, e de defender a contratação colectiva e o fim da sua caducidade.
Neste âmbito, os sindicatos da federação realizaram diversas acções de contactos em conserveiras como a **Comur, Epa, Fides/Faropeixe** ou **Cofisa**. Nesta última, no dia 21, informou o SINTAB, foi dado destaque ao ataque à contratação colectiva, com vista à sua caducidade, levada a cabo pela associação patronal ANICP (da qual a Cofisa é maior empregadora associada).

Plenário na ESIP

A luta é o caminho para avançar

Durante a semana passada, três casos concretos foram prova de que a luta organizada dos trabalhadores compensa e é o caminho para a solução dos seus problemas.
Na **ADP Fertilizantes**, informou a Fiequimetal em nota no dia 20, os trabalhadores, após realizarem greve nos dias 6 e 13 (que se estenderia até 11 de Julho), conseguiram que a empresa cedesse à sua pressão e aceitasse, no dia 18, aumentar os seus salários. Face a esta conquista, os trabalhadores, em plenário, suspenderam as greves e aguardam, agora, nova reunião com a administração para a concretização do acordo.
Na **ULS Santo António**, no Porto, nem foi preciso concretizar a greve: após anúncio de paralisação no dia 20 pelo STFPSN, a administração cedeu e, no dia 18, publicou as reivindicadas listas de transição para a carreira de técnicos auxiliares de saúde.
Já no **Belmar SPA & Beach Resort**, em Lagos, informou em nota o Sindicato de Hotelaria do Algarve, os trabalhadores desconvocaram a greve marcada para ontem, depois de a administração aceitar incluir no anunciado aumento salarial de cinco por cento quem foi contratado em 2024.

Da Silopor para o Ministério das Finanças

Respostas ou novas lutas na Silopor

Os trabalhadores da Silopor realizaram, no dia 24, um plenário à porta do Ministério das Finanças, que tutela a empresa, em liquidação desde 2001. Ao mesmo tempo, o CESP reuniu com o ministério, apresentando as exigências dos trabalhadores, e assegurando que, se não forem respondidas no prazo de um mês, será marcada nova acção de luta.
Em causa estão reivindicações como a integração dos mais de 20 trabalhadores de empresas de trabalho temporário, a abertura de negociações para um Acordo de Empresa, o descongelamento de carreiras, aumentos salariais acima dos 3 por cento propostos pela comissão liquidatária da Silopor, e a contagem integral do tempo de serviço.
Paula Santos, membro da Comissão Política do Comité Central e líder do Grupo Parlamentar do PCP, marcou presença no plenário, onde interveio para demonstrar a solidariedade do Partido.
Já em Janeiro, os trabalhadores da empresa estiveram em greve, altura em que, tal como agora, o Governo não deu resposta às suas exigências.
O CESP pediu, ainda, uma reunião com a comissão liquidatária, para tratar questões de segurança e saúde no trabalho.

Notícias da luta dos povos pela paz o desenvolvimento e a soberania

Portugal foi testemunha privilegiada das lutas que se travam, em várias latitudes do planeta, pela paz, a soberania e o desenvolvimento, contra as cadeias com que o imperialismo procura manter a todo o custo a sua hegemonia: do Médio Oriente à América Latina, são muitos os povos que insistem no direito a, livremente, decidirem dos seus destinos e a solidariedade desempenha neste combate um relevante papel.

O genocídio que Israel leva a cabo na Faixa de Gaza desde há quase nove meses trouxe para primeiro plano a longa e persistente luta do povo palestiniano contra a ocupação, a repressão e o *apartheid* e pela concretização dos seus legítimos direitos nacionais, consagrados em sucessivas (mas nunca cumpridas) resoluções das Nações Unidas.

Um pouco por todo o mundo, e também em Portugal, são cada vez mais os que exigem um cessar-fogo imediato e permanente, a entrada de ajuda humanitária, a reconstrução do território, o fim da ocupação da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental e a criação do Estado da Palestina.

A construção de um mundo mais justo beneficiará todos os povos do mundo

Por cá, circula uma petição a exigir o reconhecimento por Portugal do Estado da Palestina – nas fronteiras de 1967 e com capital em Jerusalém Oriental –, que já recolheu milhares de assinaturas.

Amanhã, 28, às 14h00, será entregue no Palacete de São Bento uma carta aberta ao primeiro-ministro, subscrita por dezenas de organizações e movimentos sociais, instando precisamente a esse reconhecimento.

Para o dia **4 de Julho**, às 18h00, está marcada uma concentração na Praça do Rossio, em Lisboa, no momento em que passará pela capital a «Flotilha da Liberdade para as Crianças de Gaza». Desde 2020 que esta organização leva à população da Faixa de Gaza bens de primeira necessidade, procurando romper o bloqueio israelita e denunciando aquela que da «maior prisão a céu aberto do mundo» se transformou, nos últimos meses, num imenso cemitério de crianças – mais de 14 mil crianças mortas em nove meses de massacres. No **dia 5**, em Évora, há manifestação «Pela Paz! Palestina livre»: é às 18h00 no Largo Luís de Camões.

No dia 19 realizaram-se concentrações de solidariedade em Beja e em Coimbra.

Apartheid e genocídio

O bastonário da Ordem dos Advogados da Palestina, Fadi Abbas, esteve em Portugal e participou, dia 24, numa conferência na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), promovida pelo MPPM e pela Associação Portuguesa dos Juristas Democratas (foto ao lado). Na sua intervenção, o advogado palestiniano lembrou a violação sistemática de resoluções das Nações Unidas por parte de Israel e denunciou as múltiplas e graves violações do direito internacional, na Faixa de Gaza e não só: os massacres; a destruição de hospitais, escolas, abrigos e bairros; a expansão dos colonatos nos territórios ocupados; a expulsão de populações; as prisões arbitrárias de palestinianos, muitos dos quais menores de idade (são actualmente mais de 9000 os detidos em prisões israelitas). Fadi Abbas não tem dúvidas: Israel está a destruir qualquer possibilidade de criação futura de um Estado palestiniano.

Na mesa com Abbas estavam representantes das organizações promotoras da sessão, o presidente da Associação Académica, o professor de Direito Internacional Pedro Caridade Freitas, o director da FDUL Eduardo Vera Cruz Pinto e o embaixador da Palestina em Portugal, Nabil Abuznaid. Em debate estiveram conceitos jurídicos como o direito de resistência, a autodefesa, o *apartheid* ou o genocídio, a política de «dois pesos e duas medidas», onde se exige a uns o que se perdoa a outros, e a morosidade da justiça internacional.

A este respeito foi dado um revelador exemplo: por carência de financiamento, o Tribunal Internacional de Justiça está ainda a investigar os massacres cometidos por Israel nos campos de refugiados de Sabra e Chatila, no Líbano, cometidos no início da década de 80 do século XX.

Foram ainda escalpelizadas as decisões do TIJ relativas à acção interposta pela África do Sul, que invoca a Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio. Trata-se de um crime que se encontra tipificado e que estará a ser cometido na Faixa de Gaza, nomeadamente com a matança indiscriminada de populações, a destruição de hospitais (considerados desde meados do século XIX como «território neutro»), a privação de água, alimentos e outros bens de primeira necessidade.

Algumas das resoluções das Nações Unidas relativas à Palestina

Resolução 181 da Assembleia-Geral das Nações Unidas (1947): consagra a divisão da Palestina em dois Estados, um judeu e um árabe. Só o Estado de Israel existe, num território mais vasto do que lhe era consagrado (em 78% do território, conquistados pela força, e não nos 56% previstos na resolução)

Resolução 194 da Assembleia-Geral das Nações Unidas (1948): estabelece o direito de retorno de refugiados palestinianos, expulsos pela guerra no processo que ficou conhecido por *Nakba*, a «Catástrofe»

Resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1967): aprovada na sequência da chamada «Guerra dos Seis Dias», estabelece a inadmissibilidade da aquisição de território em resultado da guerra e exige a retirada dos territórios entretanto ocupados – Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Faixa de Gaza, na Palestina, os Montes Golã sírios, e a Península do Sinai, no Egipto, entretanto devolvida em 1978

Resolução 3379 da Assembleia-Geral das Nações Unidas (1975): classifica o sionismo como uma forma de racismo e discriminação racial

Resolução 2334 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2016): reafirma a ilegalidade dos colonatos israelitas em território palestiniano ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, tendo em conta as fronteiras de 1967

Com submissão não há progresso nem justiça

A biblioteca da Casa do Alentejo, em Lisboa, acolheu no dia 19 a sessão «América Latina: paz, desenvolvimento e soberania» (foto à esquerda). Promovida pelo CPPC, contou com a participação de Mary E. Flores, embaixadora da República Bolivariana da Venezuela em Portugal; Laura Martínez Chacon, terceira secretária da Embaixada de Cuba; e Pedro Prola, coordenador do núcleo de Lisboa do Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil. A presidente da direcção nacional do CPPC, Ilda Figueiredo, lançou o debate.

«A história da América Latina está marcada pela luta e pelo sacrifício na busca da justiça, igualdade e autodeterminação», começou por sublinhar a diplomata venezuelana, traçando uma perspectiva histórica sobre o confronto dos povos do subcontinente face ao imperialismo norte-americano. É neste quadro, sublinhou Mary E. Flores, que se deve analisar a «violação flagrante» da soberania venezuelana que constitui o roubo pelos EUA da Citgo (filial da empresa petrolífera nacional no estrangeiro) e de outros valiosos activos do país.

Denunciando os efeitos do bloqueio imposto à Venezuela pelos EUA nas condições de vida da população, sobretudo da mais vulnerável, a diplomata sublinhou a resistência e determinação «admiráveis» dos venezuelanos e de outros povos latino-americanos. Informou ainda que para as eleições de 28 de Julho foram registadas 10 candidaturas, apoiadas por 37 forças políticas, o que demonstra a «credibilidade e força» do sistema eleitoral venezuelano, «provado e validado em mais de 30 processos eleitorais nos últimos 24 anos».

«Máxima asfixia» contra Cuba

De Cuba veio a recordação de mais de seis décadas de «guerra sem cessar-fogo e sem armistício» contra um pequeno país por parte da mais poderosa potência económica e militar do mundo. O objectivo, lembrou Laura Martínez Chacon, é «derrubar as colunas que sustentam a resistência do povo cubano» e impedir que este exerça o seu «direito humano a viver em paz». Logo em 1960, meses após a vitória da Revolução, um memorando secreto do Departamento de Estado dos EUA apontava a promoção do descontentamento interno como o único meio previsível para derrubar o poder revolucionário. No ano seguinte foi imposto o bloqueio.

A situação, nos últimos anos, agravou-se ainda mais, denunciou a diplomata: «Está em curso um cenário de máxima asfixia», sublinhou, referindo-se às 243 medidas adicionais implementadas pela administração Trump (e não revertidas pela actual), mais de 50 das quais no período mais intenso da pandemia de COVID-19. Foram cortadas todas as fontes de divisas do país, o turismo diminuiu consideravelmente e foi promovida uma «enorme perseguição energética e financeira». A vergonhosa inclusão de Cuba na lista de países que supostamente patrocinam o terrorismo, elaborada pelos EUA, levou a que bancos e instituições financeiras deixassem de conceder créditos ao país.

Apesar disso, Cuba continuou a salvar vidas. De cubanos, sim, mas enviando também brigadas médicas a 46 países e criando três vacinas para o novo vírus.

Retomar o progresso

Pedro Prola, por seu lado, destacou os avanços registados em dois anos e meio de governo do presidente Lula da Silva, que «retomou o caminho da democracia e do desenvolvimento com justiça social»: valorização dos salários e do salário mínimo; benefícios para os funcionários públicos, designadamente na Saúde e na Educação; isenção do imposto sobre rendimentos para quem aufere até dois salários mínimos; aprovação da lei da igualdade salarial entre homens e mulheres; retomada de programas sociais históricos, como o *Bolsa Família* e o *Minha Casa, Minha Vida*, e o lançamento de novos programas.

Em resultado disto, valorizou o dirigente do PT, «24 milhões de brasileiras e brasileiros saíram da fome», o desemprego recuou para níveis de 2014 e o PIB cresceu 2,9 por cento em 2023, três vezes acima das previsões.

Apesar dos avanços, salientou Pedro Prola, o governo «enfrenta feroz oposição de sectores altamente privilegiados, que atacam duramente o programa de reconstrução do Brasil com desenvolvimento e justiça social». A correlação de forças institucional, acrescentou, não é particularmente favorável: «no Congresso, as forças de esquerda e centro-esquerda não ocupam sequer um terço dos mandatos».

O responsável pelo núcleo do PT em Lisboa destacou ainda o papel de Lula da Silva e do governo brasileiro na busca de uma solução política para o conflito no Leste da Europa e de um cessar-fogo imediato e permanente na Palestina.

Coragem e firmeza contra o terrorismo contra-revolucionário contadas em livros

O livro «Apontamentos sobre os ataques terroristas contra o PCP e os comunistas no Alto Minho – 1975/1976» foi apresentado numa iniciativa pública realizada no Largo Rodrigues Sampaio, em Esposende, com a participação de Jaime Toga, da Comissão Política, António Lopes, da Organização Regional de Braga do PCP, e Manuel Carvoeiro, da Comissão Concelhia de Esposende.

Apresentado em Esposende o livro que relata a violência terrorista no Alto Minho em 1975/76

António Lopes, que assumiu a responsabilidade pela Organização Regional de Braga após o 25 de Abril e que vivenciou o processo revolucionário na região, valorizou a oportunidade da iniciativa, tendo em conta as comemorações dos 50 anos da Revolução. Lembrou, a propósito, actos criminosos concretizados por organizações terroristas no distrito de Braga contra sedes do PCP e a coragem dos militantes e amigos do Partido, que nunca permitiram que os objectivos dos inimigos da democracia fossem concretizados.

Jaime Toga, por seu lado, destacou as importantes conquistas democráticas alcançadas com a Revolução de Abril e recordou que enquanto o PCP e outras forças progressistas se empenhavam na consolidação da Revolução e do avanço das suas conquistas, elementos conservadores e revanchistas, caciques locais e forças reaccionárias, com a colaboração de PS, PPD e CDS e sectores mais conservadores e golpistas, procuravam travar a marcha do processo revolucionário. Em vastas zonas no território, lembrou, tiveram lugar actos terroristas, designadamente assaltos, saques, destruição, atentados à bomba contra centros de trabalho do PCP e a perseguição e espancamento (alguns até morte) de militantes comunistas. Em alguns casos, a fúria reaccionária estendeu-se a escritórios, livrarias, cafés, consultórios, automóveis de militantes e simpatizantes do PCP.

Um dos muitos Centros de Trabalho do PCP fustigados durante o processo revolucionário

Entre 26 de Maio de 1975 e 27 Janeiro de 1976, um registo da Secção de Informação e Propaganda do PCP anotava cerca de 300 acções terroristas: 75% a norte do país, entre as quais 145 com carga explosiva, 149 assaltos, saques ou incêndios, 11 atentados a tiro.

O livro desenvolve com mais detalhe quatro situações: o assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Valença, que uniu dirigentes locais de PS, PPD e do PPM; o incêndio do Centro de Trabalho de Arcos de Valdevez, com a acção de dirigentes do CDS e de antigos quadros da PIDE; a morte de José Costa Lima, na sequência de um comunicado reaccionário que apelava à violência contra os comunistas; o assassinato de Manuel Silva, espancado por terroristas locais porque havia sido testemunha do assalto que estes tinham feito ao Centro de Trabalho do PCP em Ponte da Barca.

Entre 1975 e 1976, 300 acções terroristas visaram o PCP

Manuel Carvoeiro, que enquadrou e apresentou a iniciativa, salientou que para o PCP comemorar o 25 de Abril é também informar e esclarecer sobre o que foi a opressão e o terror fascista, o que foi a resistência e a luta antifascista.

A sessão inseriu-se no Roteiro do Livro Insubmisso, promovido pela Direcção da Organização Regional de Braga do PCP, e que tem vindo a percorrer o distrito com a apresentação de livros que abordam a resistência ao fascismo, a Revolução de Abril, a luta do PCP e as mudanças do mundo em que vivemos.

Guerra Colonial e descolonização nos Olivais

O PCP realizou, no dia 24, uma iniciativa sobre a Guerra Colonial e a descolonização nos 50 anos do 25 de Abril, na Casa da Cultura dos Olivais, em Lisboa. Através do livro de Mário Pádua, No percurso de Guerras Coloniais 1941-1969, apresentado por Rui Mota, das Edições Avante!, foi possível reflectir sobre o contexto político em torno da Guerra Colonial, as pesadas consequências desta guerra para o País e o povo e sobre o posicionamento do PCP face a estas questões.

Na iniciativa, houve também oportunidade para conhecer um pouco mais do extraordinário percurso de vida de Mário Pádua, militante comunista e médico, do seu contributo durante a Guerra Colonial e das suas obras sobre esse período histórico.

Organização Regional de Portalegre do PCP aponta prioridades

Reunida no dia 22, a Direcção da Organização Regional de Portalegre (DORPOR) do PCP, analisou os resultados das eleições para o Parlamento Europeu e traçou as linhas de intervenção e luta prioritárias para o Partido e os trabalhadores daquela região.

A dinamização da CDU e a prestação de contas do trabalho realizado são passos apontados como necessários para a preparação das eleições para as autarquias locais, que se realizarão em 2025. Segue-se, naturalmente, o trabalho em torno da preparação do XXII Congresso do PCP, no qual deverão ser envolvidos todos os organismos e militantes da região, e em torno da preparação da Festa do Avante!, com a sua divulgação e compra e venda da EP.

Por último, surge como outra grande preocupação o reforço do Partido que deverá ser alcançado através da responsabilização de quadros, do recrutamento, integração de novos militantes, dinamização e criação de células de empresa, fortalecimento da intervenção das organizações locais, reforço do trabalho de informação, propaganda e imprensa do Partido e do apoio ao trabalho da JCP.

PCP não se deixa enganar nem se encerra sobre si próprio

Confraternização e alegria de sobra marcaram o convívio regional que se realizou, no dia 22, em Anadia. Com a presença de Paulo Raimundo, os militantes comunistas do distrito de Aveiro asseguraram estar prontos para levar por diante as tarefas mais imediatas traçadas pelo Partido.

No convívio regional de Aveiro foram amplamente abordadas as principais linhas de trabalho para os próximos meses

«Gostariam que o PCP não falasse das questões centrais da vida. Gostariam mais que falássemos da espuma dos dias, da agenda dos outros, desta ou daquela matéria mediática», afirmou Paulo Raimundo. O Secretário-Geral comunista falava, a seguir ao almoço, no parque de merendas de Mogofores, no concelho de Anadia: «podem tirar o cavalinho da chuva porque aqui está o PCP para falar a verdade, para lutar, intervir e denunciar as manobras que estão em curso no actual quadro político», garantiu o dirigente referindo-se à «banda» dos partidos da política de direita que «parece desafinar, mas nunca falha uma única nota».

Segundo o Secretário-Geral, ao PSD e CDS calha-lhes agora o turno dos que têm de responder aos interesses dos grupos económicos. À IL, sobra o papel da «aparente novidade», mas que no fim do dia é a «fiel depositária de tudo aquilo que é desastroso, velho e ultrapassado», o «verdadeiro ponta-de-lança da ofensiva ideológica, da liberalização da economia e do ataque aos direitos». Nesta distribuição de tarefas, para o dirigente, o papel «de arruaceiro barulhento» ficou destinado ao Chega: «demagogia, tiros para todos os lados, na procura incessante de cumprir o papel de desviar a atenção da questão central dos problemas». Já ao PS, resta-lhe o papel de quem agora propõe o que há meses atrás recusou e poderia ter resolvido pelas suas próprias mãos.

«Aqui está o PCP para falar a verdade, lutar, intervir e denunciar»

PCP não tem ilusões

«Passadas as eleições para o PE, aí estão, como sempre dissemos que estavam e estariam, os problemas que não encontram resposta na acção de um Governo que está empenhado em levar por diante a política que está na origem dos problemas, das dificuldades, das injustiças e desigualdades do nosso povo», afirmou o Secretário-Geral, para quem, sobre isso, o PCP não tem, nem nunca teve, nenhuma ilusão. «Não temos nenhuma ilusão sobre os interesses que defende o Governo da AD e sob os interesses aos quais este está profundamente dependente», garantiu.

Avançar

«É preciso ter audácia no recrutamento e confiança na responsabilização, para que outros se possam assumir como construtores próprios do seu Partido. É preciso mais Partido nas empresas e locais de trabalho, que é onde se dá o primeiro confronto de classe», assinalou o dirigente voltando a sua atenção para o futuro. «É preciso que cada um, com a sua acção militante, dê mais força ao trabalho do Partido. Mais um esforço, mais um passo, certos da nossa razão, verdade, projecto, objectivos e ideal», completou.

No convívio, com Paulo Raimundo, estiveram Octávio Augusto, membro da Comissão Política do Comité Central (CC), Mafalda Guerreiro, do CC, e outros dirigentes locais.

Um Partido atento aos problemas

As temáticas regionais ficaram a cargo de Carla Cabique, da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP. Foi sobre o intenso trabalho realizado pelos muitos militantes e independentes ao longo dos últimos meses que esta interveio: «Fizemos uma campanha de contacto directo, sem medo de dar a cara. Sobre o direito à habitação ou sobre a defesa do SNS, sem falar de cor, abordámos os problemas que todos sentimos». «É graças ao nosso conhecimento, às nossas justas propostas e à presença ao lado daqueles que lutam que continuamos a ser a força que somos».
Mais tarde, depois de terminado o momento político, o Avante! esteve à conversa com a dirigente para falar sobre a intervenção do Partido no distrito: «Nos últimos meses, o nosso foco tem recaído sobre as eleições, mas mesmo assim há outras frentes de trabalho que não foram nem são abandonadas», relatou. «Por exemplo, quando estávamos numa das nossas acções numa empresa, na corticeira Amorim, os trabalhadores deram-nos a conhecer um despedimento colectivo que ali se estava a avizinhar numa unidade em São Paio de Oleiros que tem mais de uma centena de trabalhadores», contou, concluindo que o trabalho do Partido não pára. «Mesmo estando focados nas eleições, tivemos intervenção noutros espaços porque estamos sempre onde os outros não estão. Nas empresas, com os trabalhadores, a ouvir os seus problemas».
Para o futuro mais próximo, a dirigente apontou a preparação do congresso – cujo processo já arrancou em algumas organizações concelhias e grupos de trabalho – e da Festa do Avante! como grandes prioridades.

Arraiais em Almada e Coimbra

No centro de Almada, em plenas festas de São João (o padroeiro da cidade), a Comissão de Freguesia do PCP realizou nos dias 21, 22 e 23 o Arraial Amizade. A iniciativa de rua, com a participação da JCP, juntou populares, militantes e amigos, num convívio aberto, a que não faltaram as sardinhas, as bifanas, o caldo verde, e claro, a venda de EP para a Festa do Avante!.

Com muita alegria, animação e camaradagem se celebrou igualmente o São João em Coimbra, num arraial realizado pelo PCP, no dia 21, no Espaço 25.

Já no CT de Gaia, o já tradicional convívio de São João voltou a reunir dezenas de camaradas e amigos.

Avante!

«CDU faz a diferença» em Coimbra

A Comissão Concelhia de Coimbra do PCP, reunida a 13 de Junho, emitiu um comunicado com as principais conclusões. Para além da avaliação dos resultados eleitorais e da campanha realizada no distrito, valorizou a Assembleia da Organização Concelhia que teve lugar a 25 de Maio: «foi o culminar de um processo de reflexão e estruturação do Partido em Coimbra, com a eleição de comissões de freguesia, com mais de 60 militantes do Partido a tomarem em mãos novas tarefas e responsabilidades, com a eleição da nova Comissão Concelhia, e com um conjunto importante de objectivos de intervenção junto da população de Coimbra e de fortalecimento orgânico do Partido.» Decidiu ainda lançar uma campanha de intervenção sobre problemas locais, que «afirme o projecto diferenciador da CDU em todo o Concelho de Coimbra, com a realização de iniciativas centrais e descentralizadas em todas as freguesias». Com o lema «CDU Faz a Diferença», esta campanha terá como iniciativa inicial a edição de um boletim presta-contas do trabalho realizado pelo vereador da CDU.

Reforçar a Escola Pública também nos Açores

O PCP acusa o Governo Regional dos Açores de procurar esconder responsabilidades próprias na situação profissional de professores e educadores e de se recusar a enfrentar os problemas vividos na escola pública. É assim que o PCP/ /Açores avalia a apresentação, na Assembleia Regional, de uma proposta do governo visando a recuperação do tempo de serviço aos professores e educadores da região, nas situações que ainda estavam por resolver. Mas há mais: esta iniciativa, acrescenta o Partido, «foi a solução que a coligação de direita encontrou para fugir à negociação sindical prevista na lei». Fica por resolver a falta de professores e educadores, a estabilização e rejuvenescimento do corpo docente, o salário dos docentes contratados, a melhoria das condições de trabalho e o combate eficaz ao desgaste.

Em Alverca, PCP frisa que os salários são a questão central

Paulo Raimundo, Secretário-Geral do PCP, esteve presente, na sexta-feira, 21, num participado comício do Partido em Alverca, onde deu destaque a temas como os salários, a corrupção ou a propaganda levada a cabo pelo Governo.

No auditório da Sociedade Filarmónica de Recreio Alverquense, centenas de militantes e amigos do Partido juntaram-se para um animado comício, que teve início com dois momentos culturais: um da cantora Josina Filipe; e outro de Joaquim Carreira e António Nabais (que declamaram poesia de Ary dos Santos).

Na abertura do comício, interveio Matilde Lima, da Direcção da Organização do Ensino Superior de Lisboa e da Direcção Nacional da JCP, que destacou que, não sendo fáceis os tempos que enfrentamos, «mais do que nunca, a nossa presença é imprescindível para contrariar as políticas de direita, de privatização do Ensino Superior e do SNS, de retrocesso nos direitos dos trabalhadores».

Já André Arrojado, do Executivo da Direcção da Organização Regional de Lisboa (ORL), lembrou a «capacidade de resistência que fez com que», nas eleições para o Parlamento Europeu, «sujeitos a calúnias e deturpações, a uma ofensiva anticomunista e antidemocrática, se rompesse o silêncio» que quiseram impor ao PCP e à CDU, sem abdicar dos seus princípios.

Salários, salários, salários

«Houvesse um governo ao serviço da maioria, e a medida imediata que tomaria seria o aumento de todos os salários» em 15 por cento, com um mínimo de 150 euros, referiu o Secretário-Geral.

O aumento de todos os salários e do SMN têm de ser as medidas centrais

Para o dirigente comunista, «esta é a medida central», a par do aumento do salário mínimo nacional para os 1000 euros, «para que uma parcela maior da riqueza que é criada fique nas mãos daqueles que a criam, que são os trabalhadores».

Paulo Raimundo, no entanto, sublinhou que essas medidas não podem ser promessas vãs, que poderão vir a ser cumpridas no futuro: tem de haver aumentos salariais «agora, porque é

preciso enfrentar esse custo de vida que não pára de aumentar com a habitação, alimentação, energia, medicamentos, bens essenciais cada vez mais difíceis de garantir para milhões de trabalhadores», enquanto «uns poucos acumulam lucros recorde».

O Secretário-Geral fez, ainda, questão de vincar que o Governo pode não querer ouvir falar de salários, mas dali foi reafirmado: «não quer ouvir falar de salários, mas vai ouvir, porque o PCP e os trabalhadores o vão obrigar». Assim como, destacou, o vão obrigar a reverter os «novos golpes na legislação laboral» que tem feito (ou planeia fazer) com o objectivo de «pressionar salários, desregular horários e acentuar ainda mais a precariedade».

Além destas medidas, Paulo Raimundo frisou, também, a importância da valorização das carreiras e profissões na vida dos trabalhadores.

Paulo Raimundo denunciou os jogos de propaganda que o Governo está a pôr em prática, dos salários à corrupção

Centenas de militantes e amigos do Partido marcaram presença no comício em Alverca

Jogos de propaganda

«Não nos deixamos iludir pela propaganda», vincou Paulo Raimundo, na sua intervenção, referindo-se às muitas medidas que o Governo quer fazer passar como estando ao lado do povo, mas que, vistas as coisas, não passam de ilusões.

Mas reforçou que o PCP e os trabalhadores, também, não se deixam iludir «pelo batalhão de comentadores que dão cobertura aos anúncios que procuram fazer crer que o Governo enfrenta os problemas, quando, na verdade, a única coisa que avança são mais medidas, mais dinheiro, mais apoios aos grupos económicos». Esses a quem, sublinhou o dirigente comunista, o actual executivo realmente serve.

Que corrupção?

«Há uns meses, a música foi sobre corrupção», ironizou o dirigente comunista, para quem os que enchem o peito sobre esta questão, quando é para tratar «sobre os interesses corruptos do grande capital, não dizem nada, zero». E acrescentou: «quando se tratou, por fim, que o interesse público fosse posto nas mãos de tribunais arbitrais, onde o Estado perde sempre, lá estiveram os tocadores desta banda, mais uma vez, ao serviço dos grupos económicos».

Paulo Raimundo lembrou que, para todos os que querem fazer da corrupção uma bandeira, não lhes importou chumbar a comissão de inquérito à privatização da ANA, proposta pelo PCP, ou votar a favor da «manutenção dos *off-shores*, dos paraísos fiscais».

«Mas se dúvidas houvesse», afirmou, «aí está, agora, o pacote anticorrupção, ou melhor dizendo, o pacote de legalização do tráfico de influências», com as suas «32 medidas ou, melhor, 32 intenções, que, na prática, deixam tudo para depois, passam ao lado daquilo que é estruturante, e não têm praticamente novidade nenhuma» (ver página 21).

Paulo Raimundo fez ainda questão de recordar que «o que não fica para depois, nestas medidas, é a legalização daquilo que hoje é ilegal – o tráfico de influências – com o chamado lobby». E, irónico, concluiu: «muita conversa, muita batida no peito contra a corrupção e, no fim, muita areia para os olhos» dos portugueses.

Estabilidade para quem?

No final da sua intervenção, o Secretário-Geral recordou, ainda, a jura de fidelidade do PS à estabilidade política, avançando «agora medidas que há uns meses atrás chumbou».

«Perguntamos de maneira clara», vincou, «do que é que serve a estabilidade política que está em curso, se a única consequência que tem é a instabilidade na vida das pessoas»? E afirmou que o que é necessário é «resolver a instabilidade na vida das pessoas, dos trabalhadores, dos reformados, da juventude, daqueles que cá vivem e trabalham, e que não conseguem aceder à saúde ou à habitação».

«Essa é a instabilidade que é preciso resolver, e de uma vez por todas», reforçou o dirigente comunista.

Na mesa da iniciativa, além dos intervenientes, estiveram: Carla Tavares, da Comissão Local de Alverca e da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira; Cláudia Martins, da Comissão Concelhia e da Direcção da ORL; Ricardo Costa, da Comissão Política do Comité Central (CC) e responsável pela ORL; e Francisco Lopes, dos organismos executivos do CC.

Vitória na RTP-Madeira

Uma delegação do PCP contactou com os trabalhadores do centro de produção da RTP Madeira para valorizar a vitória alcançada na luta contra a precariedade e pela integração nos quadros da empresa: no dia 7, o Juízo do Trabalho do Funchal decidiu que a RTP-Madeira teria de reconhecer a existência de contrato com 24 trabalhadores que prestavam serviço através de empresas externas e recibos verdes.

Na ocasião, o dirigente comunista Ricardo Lume sublinhou que estes trabalhadores «lutaram e venceram, demonstrando que as injustiças não são uma inevitabilidade e que a prática recorrente da utilização de trabalhadores com vínculos precários e de falsos recibos verdes, para o desempenho de necessidades de trabalho permanente, não só viola a lei do trabalho, como representa um factor de instabilidade na vida dos trabalhadores». Esta situação era ainda mais grave quando a empresa em causa é uma empresa pública.

O dirigente comunista recordou que o PCP esteve na linha da frente na denúncia desta situação.

Lay-off em Sines

A renovação por mais seis meses do *lay-off* na Indorama, concretizada em Março, torna evidente não haver «nenhuma solução nem para o futuro da empresa, nem para os trabalhadores», denuncia o PCP: «A situação dos trabalhadores, a viver com 66% dos salários há mais de seis meses tem tendência para agravar-se com o passar do tempo, servindo os interesses da empresa de promover também um despedimento encapotado na medida em que aqueles são forçados a abandonar o seu posto de trabalho pelas circunstâncias difíceis em que se encontram ou falta de perspectivas de futuro.»

Perante a actual situação de impasse aparente, óbvio prejuízo para os trabalhadores e ausência de respostas, tanto da empresa como do Governo, «fica evidente a inexistência de utilidade do lay-off para a salvaguarda dos empregos».

DELIBERADA... ...mente

Novidades, tentáculos e nenhum pluralismo

A semana passada podia ter sido de festa para quem defende maior pluralismo na comunicação social, com o surgimento de um novo canal de televisão dedicado à informação. Falamos do NOW, a nova criação do novíssimo grupo Medialivre. Tudo parece inovador e moderno, um sinal de vitalidade no sector mediático. Trata-se de um canal de notícias, que veio para fazer sombra à CNN Portugal e à SIC Notícias, mas que nos primeiros dias discutiu lugares no ranking das audiências com a depauperada e subalternizada RTP2. E o grupo que o detém de novo só tem o nome: é a «velha» Cofina, dona do Correio da Manhã, CMTV, revista Sábado e do desportivo Record.
Afinal trata-se só de mais um passo no caminho de concentração de meios no sector, uma cópia do modelo já batido. O NOW é um sucedâneo envernizado do projecto que lidera na imprensa escrita e na televisão por cabo. Também nos «protagonistas», como o próprio canal apresenta os seus principais comentadores, não há qualquer inovação no sentido do pluralismo. Dos dez nomes com filiação e intervenção partidária conhecida, vemos nomes ligados ao PS, ao PSD, ao Chega, à Iniciativa Liberal e ao BE, não constando na lista dessa «categoria» um único comunista com presença na estação, logo remetido para plano secundário.
Nos primeiros dias já foram entrevistados o primeiro-ministro e líder do PSD, os presidentes do Chega e da IL. Até ver, o novo canal de informação encaixa na perfeição no panorama mediático, em que os principais meios estão na posse de grupos económicos de grande dimensão (a Medialivre//Cofina foi avaliada em mais de 56 milhões de euros no final do ano passado) e se constituem como instrumentos do poder económico-financeiro, como ficou claro na recente guerra de poder em torno de outro dos grandes grupos do sector, a Global Media. Sobre este, dono de títulos como o Jornal de Notícias, o Diário de Notícias e a rádio TSF, vale a pena lembrar que, depois das justas manifestações de solidariedade com os trabalhadores e em defesa dos títulos a que assistimos há meses, voltou a haver trabalhadores com salários em atraso, foram concretizados despedimentos, incluindo de jornalistas que há anos ali escreviam, enquanto se mantém um manto de opacidade sobre quem são os seus verdadeiros donos.
Numa outra frente, sem aparente ligação com o sector, os CTT falharam os objectivos para 21 dos 22 indicadores de qualidade do serviço público postal. Aquele que ficou mais longe foi, como alguns dos assinantes do Avante! conhecerão por experiência própria, o prazo para entrega de publicações periódicas. Trocando por miúdos, o que mais prejudica a imprensa que não depende dos grupos económicos, a imprensa local e regional.
Ambos os sectores têm em comum uma história de privatizações, degradação de serviços de interesse público e ataque aos direitos dos seus trabalhadores, num movimento em que o poder económico e os seus centros de decisão alargam a rede tentacular com que procuram impor o seu domínio.

Serviços públicos garantem direitos a todos

O PCP assinalou o Dia da Organização das Nações Unidas para o Serviço Público, a 23 de Junho, apelando à luta pela melhoria e defesa dos serviços públicos, nomeadamente da saúde e educação, e pela valorização profissional dos seus trabalhadores.

É centrado na defesa da Constituição da República Portuguesa (CRP) que o Partido reafirma a sua determinação em «prosseguir a acção com os trabalhadores e o povo em defesa dos serviços públicos». Tal luta, garante, é inseparável da denúncia do processo de transferência de encargos e competências da Administração Central para a Administração Local (que põe em causa a universalização dos serviços em áreas tão sensíveis como a saúde, a protecção social e a educação), e da luta pela valorização dos serviços públicos e os salários e carreiras dos trabalhadores da Administração Pública.

Numa nota do seu Gabinete de Imprensa, o PCP recorda a conquista, com o 25 de Abril, de «importantes avanços, com a universalização da prestação de serviços pelo Estado em áreas tão importantes como a saúde e a educação, entre outros». São estes direitos, ainda que consagrados constitucionalmente, que sucessivos governos da política de direita de PS, PSD e CDS, hoje em convergência com Chega e IL, «vêm fragilizando e degradando com o intuito de os privatizar».

Discursos e práticas

O PCP alerta para algumas das teses que acompanham a ofensiva em curso contra os serviços públicos: a «modernização e adaptabilidade» à realidade territorial, o «combate ao desperdício», a ideia de que «o privado é melhor do que o público». Assim se tem degradado e privatizado diversos serviços, desumanizado a relação com os utentes e reduzido e desvalorizado significativamente os trabalhadores, num processo que, garante o Partido, «tem afastado milhares de utentes do acesso a muitos serviços».

Os partidos da política de direita têm degradado e privatizado importantes serviços públicos

Numa referência ao posicionamento de outros, o Partido garante que «não basta constatar que há milhares de portugueses sem médico de família, que o tempo de espera para consultas de especialidade ou intervenções cirúrgicas demora meses ou anos, que há crianças que têm de se deslocar muitos quilómetros para irem à escola, que as filas para a Segurança Social crescem, ou que não há transportes em muitas zonas do País». Sobretudo se estas críticas se fizeram acompanhar da deliberada degradação do Serviço Nacional de Saúde, da transferência de milhões de euros para o sector privado, do encerramento de escolas, centros da Segurança Social e outros serviços públicos, ou da liberalização dos transportes.

LUSA

Sucessivos governos desinvestem no SNS para financiar o sector privado

CAMARADAS FALECIDOS

Fernando Justino Monteiro

Faleceu em Lisboa, aos 91 anos, o camarada Fernando Justino Monteiro. Natural de Cabo Verde, estava reformado do sector de vendas editoriais. A seguir ao 25 de Abril, teve um destacado papel no movimento associativo e popular da então freguesia de Nossa Senhora de Fátima (NSF), em Lisboa, em particular nas diversas actividades e iniciativas desenvolvidas pela Comissão de Moradores da freguesia, que funcionava no Bairro Santos, bem como de apoio ao recenseamento dos moradores dos bairros de barracas que então o cercavam. É durante esse processo que, no início de 1977, adere ao Partido, tendo-se desde então mantido organizado na célula da Freguesia das Avenidas Novas, no Bairro Santos em que sempre residiu.

Maria Stela Heitor Martins Canas

Aos 90 anos faleceu a camarada Maria Stela Heitor Martins Canas. Técnica de análises, esteve organizada no Sector da Saúde da Organização Regional de Lisboa do PCP, partido ao qual aderiu em Março de 1989.

★

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do Avante! manifesta sentidas condolências.

LUSA

> *«Promovem a divisão dos «de baixo», enquanto lá «em cima» há quem se fique a rir»*

Carina Castro
Membro da Comissão Política

Dividir para reinar

O que é que o título «Apoios a idosos custam ao Estado mais 116,9 milhões do que a crianças» tem a ver com este outro título «Ministra do Trabalho mostra-se preocupada com quem ganha mais de subsídio do que se estivesse a trabalhar»? Ou com uma petição de uma associação de consumidores que reivindica compensações aos utentes pelas greves nos transportes? Ou com a profusão de publicações duvidosas em redes sociais sobre imigrantes?

Tudo isto são expressões da promoção da divisão dos «de baixo», enquanto lá «em cima» há quem se fique a rir de todos. Velhos contra novos, trabalhadores desempregados contra trabalhadores empregados, trabalhadores que andam de transportes públicos contra trabalhadores dos transportes em luta, trabalhadores nacionais contra trabalhadores migrantes. Quebrar a unidade de quem trabalha é truque velho, sempre reinventado, envolto em mentiras e manipulações. Temos dito que as ideias reaccionárias vêm por mais mãos e forças do que as da extrema-direita. Que fazem caminhos insidiosos, que assentam num quadro ideológico já predisposto para o individualismo, o egoísmo e a inveja, que promove sentimentos de inutilidade face à acção colectiva, que desviam toda e qualquer atenção de uma visão global das injustiças e desigualdades, ela mesmo potenciadora de unidade de classe e convocatória para a acção.

São parte de um projecto de retrocesso mais vasto, que se comprova com outros títulos dos últimos dias: «Creches privadas passam a poder beneficiar de financiamento público complementar quando pratiquem um horário de funcionamento para além das 11 horas diárias». Mais uma vez, subsidiar privados com dinheiros públicos – é assim na habitação, na saúde, nos benefícios fiscais, fazendo do capital os grandes subsídio-dependentes do Estado. Para a imensa maioria que vive do seu trabalho sobra o retrocesso dos salários baixos, da precariedade, falta de tempo para viver. Estamos em 2024, que visão de futuro é esta de financiar o alargamento de horário de creches para incentivar a desregulação dos horários dos pais? Creches abertas 24 horas por dia, toda a noite? Crianças que fazem horários de creche e de escola que não achamos admissível adultos fazerem num local de trabalho?

Parece que nada disto está ligado, mas está. E também tem tudo a ver com o debate que se travou no Parlamento há dias sobre o 25 de Novembro. Houve propostas várias: criação de um feriado, sessão solene anual, sessão solene este ano. Tiveram votações distintas umas das outras, voto contra do PS numas, a favor noutras, numa delas até o Livre se absteve. Enredados na semântica do «evocar é distinto de comemorar», sobrou o que os uniu: uma certa forma de ver o processo revolucionário, os golpes e conspirações contra ele, a sua relação com a adesão de Portugal à UE. E nisso ficaram de mãos dadas com a direita, toda ela.

Qual é o fio condutor de tudo isto? Estes muitos caminhos pelos quais avançam as ideias e projectos reaccionários materializam-se na falta de resposta aos problemas das pessoas – salários, saúde, habitação, direitos; e têm avenidas abertas também pela deslocação para a direita de forças que antes convergiam em bases comuns do que é a democracia, a emancipação, em todas as suas dimensões, dando corpo a uma forma de totalitarismo ideológico à direita. Tudo isto é expressão da mais viva e actual luta de classes, porque pretende o domínio absoluto do neoliberalismo, para aprofundar a exploração e a acumulação de lucros.

Estas linhas não são sobre impossibilidades ou desesperanças, mas sobre as necessárias clarificações para que se abram todas as possibilidades para avançar. Mudar embrulhos para branquear práticas políticas concretas, seria potenciar retrocessos. Unidade para romper com o que nos trouxe aqui, para cumprir Abril, é construir com os debaixo, o futuro a que temos direito. Está nas nossas mãos.

Compra já a tua EP!

A Entrada Permanente (EP), título de solidariedade que dá acesso aos três dias da Festa do Avante! e a todas as suas iniciativas e espaços, pode ser adquirida nos Centros de Trabalho do PCP, na Ticketline e nos locais habituais.
A distribuição e venda antecipada da EP são prioridades colocadas a todo o colectivo partidário e amigos da Festa, enquanto expressões fundamentais de fraternidade com a preparação e construção do maior evento político-cultural do País.
Comprada antecipadamente, a EP custa apenas 32 euros; nos dias da Festa, o custo aumenta para 45 euros.

Construir a Festa é transformar o sonho

Preparar a festa do Avante! significa contruí-la, divulgá-la e vender a EP. Foi com este pensamento que, no fim-de-semana, dezenas de comunistas e amigos participaram na primeira jornada de trabalho de construção da Festa do Avante!

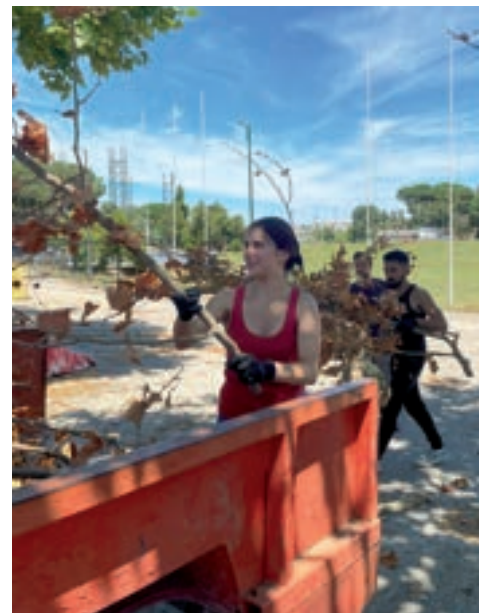
A dureza da manhã, ainda mal 8h00 eram, escondia um segredo: o frio matutino, em contraste com o calor que se põe mais tarde, é a melhor temperatura para começar uma jornada de trabalho.
Todo o tipo de tarefas são necessárias na edificação da Festa: montagem das estruturas onde funcionarão os pavilhões; pintura; limpeza de terreno; ou colocação de toldos para a cobertura dos espaços. Todas elas, naturalmente, necessitam de camaradas experientes, que já as realizam «com uma perna às costas», mas, também, dos muitos militantes e amigos (quantos deles jovens e pela primeira vez a pisar aquele terreno) que, com o seu contributo, permitem transformar em realidade a «terra dos sonhos» que é a Festa.
E, se são muitas as tarefas, e é longo o dia, não há melhor forma de o começar senão no bar de apoio, bebendo um café e comendo uma sandes – alimentos necessários para cumprir o trabalho que se avizinha.
Nestas 8h00, e entre os habituais sorrisos, alegria e «bons-dias, camarada» que caracterizam as jornadas, os «construtores» são distribuídos, conforme as necessidades, pelos vários espaços e tarefas. E, ao longo do dia – com pausas para a tradicional pausa, ou «bucha», e para o almoço – lá se completa o trabalho, seja ele qual for.

Diferentes experiências

Neste primeiro dia de construção, o Avante! Decidiu ir à conversa com dois camaradas, Francisco Ferrer e Celso Moraes. O primeiro, lembrou, participou «em todas as Festas» desde a segunda, no Jamor, «umas com alguma responsabilidade, outras só para ajudar na construção». O segundo, militante da JCP «faz para aí de 4 a 6 meses», confirmou que era aquela a primeira jornada de trabalho a que vinha, onde esteve destacado na limpeza de terreno.
«Sem a Festa montada não há Festa», afirmou Francisco Ferrer, para quem as jornadas de trabalho são essenciais, envolvendo o máximo de camaradas e amigos. «É fundamental virem e participarem», disse, «sobretudo aos fins-de--semana, às jornadas mais alargadas. Depois durante a semana, cerca de dois meses, temos, também, um grupo de camaradas que estão disponíveis para irem construindo e preparando os materiais para as jornadas maiores».
O militante de 74 anos lembrou que todos quantos constroem a Festa «vão aprendendo», o que a torna, «ao fim e ao cabo, numa escola para muitos camaradas».
Opinião coincidente teve o jovem operário Celso Moraes, que, quando questionado se achava que valia a pena mais camaradas e amigos ajudarem a construir a Festa, respondeu rapidamente que «com certeza, até porque não tem como a gente exercitar melhor» o nosso compromisso «do que estar aqui, na prática a trabalhar e a construir. É parte do nosso exercício como militante».
Já quanto à sua opinião sobre o que estava a achar desta sua primeira jornada, o também estudante de engenharia de software foi igualmente veloz na resposta: «estou achando muito interessante». E recordou que «já tinha vindo uma vez à Festa, só que vi tudo isto já pronto, já construído, e é um ambiente muito diferente. Então está sendo uma experiência muito interessante».
Francisco Ferrer apontou ainda outro aspecto das jornadas: o convívio, «que é uma coisa a que se dá, também, muita importância, e ajuda à própria construção. O bom ambiente é fundamental»!

Trabalho colectivo

Durante a jornada de sábado, como nas demais, a entre-ajuda e a camaradagem são palavras de ordem no trabalho de todos os construtores da Festa. Acompanhando uma equipa de camaradas que colocavam toldos numa estrutura, pudemos observar um exemplo desse trabalho colectivo.

Os militantes e amigos que estiveram na primei
Viseu do Partido, e pela JCP

o em realidade

ra jornada foram mobilizados pelas Organizações Regionais de Lisboa, Setúbal, Santarém e

As jornadas de trabalho da Festa são uma escola para muitos camaradas e amigos

No grupo de jovens, muitos já tinham passado pelas jornadas em anos anteriores; outros tantos, no entanto, enveredavam pela primeira vez nesta importante tarefa.
E aqui, na colocação de toldos, se pôde ver como trabalham os comunistas: os mais experientes ajudam os que fazem algo pela primeira vez; com confiança e apoio (mais que não fosse de um escadote) os medos de subir à estrutura iam desvanecendo; problemas que surgissem eram discutidos em colectivo, procurando sempre a melhor solução.
A camaradagem, o diálogo franco e aberto, a busca pela resolução de problemas, a acção conjunta de todos para um mesmo fim comum – numa simples tarefa se pôde ver reflectido o método de trabalho dos comunistas, e a forma de sociedade que almejam.
A Festa é, no final de contas, o sonho de um novo mundo transformado em realidade.

The Orange Buzz Band

Hugo Costa e Banda do Vento

Novos Valores 2024

Os grupos **The Orange Buzz Band, ONOMA, Hugo Costa e Banda do Vento, Epilepsia Alienígena** e **DIVIИE** são os vencedores do «Concurso Novos Valores 2024 - Sons diferentes, Sonhos iguais. Diz não às discriminações», e irão actuar na Festa do Avante!, anunciou, no dia 23, a JCP.
Do rock à psicadélica, das canções mais calmas às que nos fazem «abanar o capacete», são múltiplos os sons dos vencedores do concurso, que encontra na cultura, liberdade, igualdade, solidariedade e amizade os seus valores característicos.
Da responsabilidade da JCP, há já vários anos que o «Concurso Novos Valores» leva diversos projectos musicais amadores ou profissionais a tocar nos palcos da Festa, tendo, este ano, participado 67 bandas ou artistas.

ONOMA

Epilepsia Alienígena

DIVIИE

Sector agrícola apela ao Governo que cumpra o prometido

Em carta dirigida aos ministros da Coesão Territorial e Agricultura no dia 18 de Junho, o sector agrícola, de forma unânime, apela ao Governo para cumprir com o prometido na campanha eleitoral.

No documento subscrito pela CNA, CAP, CONFAGRI e AJAP apela-se ao Governo que revogue a resolução do Conselho de Ministros de Novembro de 2022, determinando o processo de transferência e partilha de atribuições das Direcções Regionais de Agricultura (DRA) para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

As DRA devem assim voltar à dependência do Ministério da Agricultura e Pescas, permitindo assim uma verdadeira política de proximidade da tutela com as populações rurais. «Essa foi, de resto, uma promessa que o primeiro-ministro publicamente assumiu na campanha eleitoral», recordam as entidades representativas de todo o sector agrícola nacional, que também reclamam «um Ministério da Agricultura dotado dos recursos humanos, técnicos e organizacionais», permitindo «executar uma política agrícola, florestal e agro-alimentar que vá de encontro às necessidades dos agricultores e dos produtores florestais» e que «cumpra dentro dos prazos as apertadas regras da Política Agrícola Comum da União Europeia».

A efectivação da transferência das DRA para as CCDR foi a «gota de água» que fez transbordar o mar de descontentamento sentido pelos agricultores e que levou à realização de manifestações de norte a sul do País

«Crescente abandono dos agricultores e produtores florestais»

«Aquilo a que assistimos actualmente é um crescente abandono dos agricultores e produtores florestais e das suas organizações e a uma incapacidade do Ministério para fazer cumprir no terreno a Política Agrícola Comum», acusam aquelas organizações.

Lei do Restauro da Natureza está munida de travões

«Apesar das deficiências», a Lei do Restauro da Natureza (LRN), recentemente adoptada pelo Conselho da União Europeia (UE) e anteriormente aprovada pelo Parlamento Europeu, é «um importante passo para impulsionar medidas» que, há décadas, o Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) tem vindo a «reivindicar e a alertar para a sua urgência».

«Apesar da necessidade urgente de acção, restaurar a natureza não tem sido consensual em grande medida pela dificuldade revelada pela UE em conciliar o interesse público e a conservação ambiental com a pressão e os interesses do grande agronegócio, da produção florestal e agrícola intensiva, do sector agroquímico, mas também do sector energético, opções que se repercutem na mercantilização da natureza sob o falso pretexto da sustentabilidade e do cumprimento de metas», acusa o PEV, em nota de imprensa de 20 de Junho

Sobre a «ambição» plasmada na LRN, que propõe recuperar pelo menos 20 por cento das zonas terrestres marítimas da UE até 2030 e todos os mecanismos que necessitem de ser restaurados até 2050, «o PE acautela mecanismos travão absolutamente antagónicos e que suscitam reservas e preocupações», expõem os ecologistas, referindo-se, por exemplo, ao caso de uma «pausa de emergência», permitindo aos Estados-Membros deixar de aplicar o regulamento no que respeita às metas de restauro dos ecossistemas agrícolas, quando esteja em causa o interesse da UE no que respeita a produção e consumo alimentar.

Novo aeroporto de Lisboa pode ser construído até 2030

A Plataforma Cívica Aeroporto BA6-Montijo Não, constituída em 2018, levou a cabo, no sábado, 22, um debate na Sociedade de Democrática União Barreirense – «Os Franceses» sobre a actual fase de luta por um novo aeroporto internacional de Lisboa, construído por fases no Campo de Tiro de Alcochete.

A iniciativa contou com a intervenção da coordenadora da Comissão Técnica Independente (CTI) no novo aeroporto, Maria do Rosário Partidário, que avançou com a convicção de que é possível construir aquela infra-estrutura antes do mundial de futebol de 2030, se houver um bom planeamento, envolvendo todos os actores que têm relevância para o desenvolvimento do projecto.

Antes do debate e durante o almoço promovido pela Plataforma, Maria do Rosário Partidário e o professor Nuno Gomes da Costa, da CTI, foram presenteados com uma fotografia inédita de Augusto Cabrita intitulada «Operários do Barreiro».

Alcobaça

A bandeira vermelha colocada na praia de São Martinho do Porto, nos dias 20 e 21 de Junho, por motivo de contaminações microbiológicas, levou a CDU a requerer informações, nomeadamente à Câmara Municipal de Alcobaça, sobre o sucedido, de forma a garantir a «continuação da Bandeira Azul» naquela praia. «A Vala Real, afluente do Rio Tornada, em São Martinho do Porto, é demasiado importante para aceitarmos que esteja no estado em que está: obras clandestinas; vegetação não recomendável à biodiversidade; sinais de esgotos directos», alerta a CDU em comunicado de 24 de Junho.

Almada

A Comissão de Utentes da Saúde do Concelho de Almada (CUSCA) exigiu ao Governo «medidas imediatas» para acabar com os encerramentos temporários dos serviços de urgência de obstetrícia e pediatria no Hospital Garcia de Orta, em Almada. «Este Governo tem de criar as condições para a resolução do problema da falta de profissionais de saúde, designadamente de médicos, para que os encerramentos temporários dos serviços de urgência de obstetrícia e pediatria do HGO não sejam uma solução definitiva», disse Luísa Ramos, da CUSCA, à Lusa.

Alcácer do Sal

O número de viagens realizadas no Nónio, o transporte urbano da Câmara de Alcácer do Sal, continuou a aumentar no terceiro ano de disponibilização deste serviço. Segundo o município, entre 1 de Junho de 2022 e 31 de Maio 2023, foram efectuadas 11 231 viagens, mas, desde então e até 31 de Maio deste ano, «este número subiu para 14 969, o que representa um aumento na ordem dos 33,3 por cento».

Lagos

A Câmara Municipal de Lagos aprovou por unanimidade, no dia 5 de Junho, a moção «Processo de desagregação das freguesias de Barão de S. João e Bensafrim», apresentada por Alexandre Nunes, vereador da CDU.

Vereadores comunistas na Câmara de Lisboa acusam executivo PSD/CDS de incapacidades

A contracção de um empréstimo para financiar a construção e requalificação de creches e escolas prova a «incapacidade» da Câmara Municipal de Lisboa (CML) de apresentar candidaturas ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, acusa o PCP.

Para os vereadores do PCP na CML, a contracção deste empréstimo (83,5 milhões de euros), com o pretexto de que o anterior governo não transferiu as verbas necessárias, não resolve o problema do parque escolar e representa mais um endividamento para o município, que irá pagar 28 milhões de euros só em juros.

«O quadro de operações incluídas no empréstimo a contratar», que foi apreciado no dia 21 de Junho em reunião de Câmara, «não permite compreender o volume de investimento total e necessário à reabilitação das escolas», bem como «perceber a cronologia e as prioridades do investimento que se pretende prosseguir», relatam os eleitos comunistas em nota de imprensa do mesmo dia.

O município vai pagar 28 milhões de euros em juros

Simultaneamente, acrescentam, a «opção pela contracção de um empréstimo nas condições apresentadas na proposta não é suficientemente justificada, nomeadamente como alternativa à possibilidade de contracção do empréstimo BEI (Banco Europeu de Investimento), previsto no Acordo Sectorial estabelecido entre a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e o anterior governo».

O parque escolar de Lisboa, nomeadamente ao nível das escolas do 2.º e 3.º ciclos, carece de intervenções de fundo e urgentes

As críticas estendem-se à política fiscal do executivo PSD/CDS, que, só este ano, abdicou de 70 milhões de euros para os devolver «aos mais ricos da cidade». Verbas do IRS que «podiam e deviam» ser «utilizadas para garantir o direito à cidade para todos, também na educação», consideram os vereadores comunistas, que se abstiveram na votação da proposta face à «necessidade» de «recuperação das escolas» e de «assegurar a segurança e o conforto das comunidades escolares», situação pela qual prometem «continuar a bater-se, desde logo no acompanhamento da execução das verbas contratualizadas por este empréstimo».

Manifestação pela saúde em Portalegre

No dia 3 de Julho, pelas 10h30, realiza-se, junto ao Hospital Distrital Dr. José Maria Grande, em Portalegre, uma manifestação pela defesa do direito à saúde da população do concelho de Avis.

A acção é promovida pela Câmara Municipal de Avis (CMA) e pelas juntas e uniões de freguesia do concelho. «Cerca de seis meses depois do protesto realizado junto ao Centro de Saúde de Avis, que mobilizou centenas de pessoas, os problemas registados ao nível dos serviços de saúde prestados pelo Serviço Nacional de Saúde no concelho de Avis permanecem sem alteração, deixando a população sem cuidados de saúde essenciais», alerta a CMA, assegurando que «a falta de médicos no concelho de Avis continua a ser o maior problema», até porque «existe apenas um médico efectivo a meio termo e dois em regime de prestação de serviços, sendo que um deles tem estado de licença ao longo dos últimos meses».

Ainda segundo a autarquia, a população daquele concelho «necessita de soluções urgentes no acesso aos cuidados de saúde, comprometidos quer pelo deficiente funcionamento do Centro de Saúde de Avis, quer pela falta de atendimento das populações nas extensões nas freguesias que, sem recursos humanos suficientes, não prestam o serviço que deveriam, ou simplesmente, continuam encerradas».

Verdadeira integração dos estudantes PALOP!

No Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA) realizado no dia 23 de Junho, em Setúbal, foi aprovada, por maioria simples, uma moção da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (AEFLUL) «Por uma verdadeira integração dos estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa» (PALOP), assente nos valores da cooperação e da solidariedade entre os povos. Segundo a AEFLUL, esta moção «é de enorme importância» por «denunciar» muitos dos problemas e dificuldades vividas pelos estudantes oriundos dos países PALOP.

Pergunta ao Governo

No início deste mês de Junho, o Grupo Parlamentar do PCP endereçou uma pergunta ao ministro da Educação, Ciência e Inovação onde se revela que «os processos que permitem o ingresso» dos estudantes dos PALOP nas mais variadas instituições de Ensino Superior do País, «para além de demorados, omitem muitas vezes dados bastante relevantes sobre as condições que esperam os estudantes aquando as sua chegada a Portugal». Entre muitos problemas, os comunistas referem o facto de as reduções previstas no valor da propina «nem sempre» se verificarem e o encerramento de muitas residências no período de Verão. Preocupante é também a questão do acesso a aulas de português.

«Sem um processo de integração dos estudantes PALOP que corresponda às necessidades reais dos mesmos, existe cada vez mais uma exclusão destes estudantes das dinâmicas académicas que caracterizam o Ensino Superior português. Sem a regularização destes problemas aquilo que existe não é integração, mas sim marginalização», afirmam os deputados do PCP.

Setúbal aprova isenção de IMT na aquisição de casa por jovens

A Câmara de Setúbal (CMS) aprovou, no dia 19 de Junho, em reunião pública, o projecto do Regulamento de Isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas (IMT) na Primeira Aquisição de Habitação Própria e Permanente por jovens dos 18 até aos 35 anos. O documento vai ser submetido a consulta pública por trinta dias e a apreciação da Assembleia Municipal de Setúbal.

As condições gerais de acesso à isenção implicam que os candidatos ainda não tenham beneficiado deste benefício e tenham uma situação regularizada relativamente a dívida por contribuições para a Segurança Social, dívidas por impostos ao Estado Português e dívidas por impostos ao município.

Na mesma reunião, a autarquia aprovou a **Presta de Contas e Relatório de Gestão Consolidados**, documentos que reflectem o trabalho desenvolvido em 2023 pela autarquia e pelos Serviços Municipalizados de Setúbal.

Não reconhecer o Estado da Palestina é ser cúmplice com a agressão

O PCP voltou a exigir o reconhecimento por Portugal do Estado da Palestina, defendendo que essa é uma «decisão que não depende de ninguém, uma decisão soberana do País» – e se o Governo não a toma é «por opção política».

«Apesar de toda a retórica, não se encontra qualquer justificação para que o Governo não adopte o posicionamento que se exige, no respeito pelo direito à autodeterminação dos povos, em cumprimento da Constituição da República», sublinhou a líder parlamentar do PCP, lembrando que a realidade a que o povo palestiniano está sujeito «não começou no ano passado», tem «décadas de agressão, de violência, de barbárie por Israel».

Prosseguem as atrocidades contra o povo palestiniano

Paula Santos, que falava na semana finda, dia 21, em debate de actualidade agendado pelo Livre, realçou que as «atrocidades contra o povo palestiniano prosseguidas por Israel não têm fim», não escondendo a sua indignação pelo assassinato de mais de 37 mil palestinianos, a maioria mulheres e crianças, só na Faixa de Gaza, ao mesmo tempo que se «agudizam os ataques» na Cisjordânia e prossegue a «expansão dos colonatos».

«De que está à espera Portugal para dar um contributo decisivo para que se cumpram as Resoluções das Nações Unidas?», interrogou-se a parlamentar comunista, advertindo que a «cada dia que passa há mais destruição e mais mortos».

Depois de recordar que corresponde já a 75% do total os países das Nações Unidas que reconhecem o Estado da Palestina, Paula Santos voltou a exigir, entre outras medidas, o cessar-fogo imediato e permanente, o fim definitivo dos bombardeamento e das deslocações forçadas da população, a entrada da ajuda humanitária necessária, a libertação de todos os detidos, palestinianos e israelitas.

«Não fazer o que se impõe, não querer enfrentar Israel, só revela a cumplicidade do Governo com a agressão e violência de Israel contra o povo palestiniano», concluiu a presidente da formação comunista.

LUSA

O PCP insiste que é urgente Portugal reconhecer o Estado da Palestina, tal como já fizeram cerca de 75 % dos países das Nações Unidas

A diplomacia como desculpa

No dia 18, em audição na AR ao ministro dos Negócios Estrangeiros requerida pela sua bancada, Paula Santos alertara já para esse imperativo que é o reconhecimento do Estado da Palestina por parte de Portugal. Não só o fez como se insurgiu contra a escalada de Israel na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, fonte inenarrável de destruição e sofrimento humano.

Sabendo que para o cessar fogo e para o cumprimento das resoluções das Nações Unidas é necessário um «conjunto alargado de acções pelas diversas instituições», sublinhou por isso que também neste plano o Estado português pode dar um contributo, nomeadamente por via do reconhecimento do Estado da Palestina.

Paulo Rangel foi ainda confrontado com a impunidade de que goza Israel face ao seu incumprimento e violação das resoluções das Nações Unidas, das determinações do Tribunal Internacional de Justiça, o seu desrespeito sistemático pelo direito internacional, pelas Nações Unidas e suas instituições.

Na resposta, sem fazer qualquer alusão à impunidade de que goza Israel e seus crimes, o governante procurou justificar esse não reconhecimento por Portugal do Estado da Palestina sob a alegação de que o nosso país tem «um papel de mediação muito importante», que «dentro da UE está a conseguir trazer para a defesa da Autoridade Palestiniana uma série de Estados que estavam mais relutantes», e que «consegue falar com o governo israelita».

Paula Santos quis ainda saber qual a razão para não ter havido – depois de ter sido possível em Dezembro retirar de Gaza um familiar de um cidadão português –, novas diligências para resgatar os restantes familiares.

O ministro descartou responsabilidades, argumentando que esse cidadão, João Tomás Rosa, é casado com uma luxemburguesa, pelo que, sendo as pessoas em causa familiares desta cidadã, é ao Estado do Luxemburgo que cabe o «encargo» de as resgatar.

Inquérito à gestão da Misericórdia de Lisboa

Obteve a aprovação da AR, com os votos contra do PS, a abstenção de PCP e Livre, e os votos favoráveis das restantes bancadas, a constituição de uma comissão de inquérito à gestão da Santa Casa da Misericórdia proposta pelo Chega.

Definindo a posição da bancada comunista, o deputado Alfredo Maia considerou que, «volvidas oito audições e compulsados vários documentos», ficaram confirmadas «razões de preocupação quanto à avaliação dos riscos» das operações de internacionalização levadas a cabo pela instituição. Pelo que, realçou, é recomendável um «escrutínio mais apurado e mais rigoroso em relação a decisões e actos» quer dos órgãos da Santa Casa da Misericórdia quer de sucessivos responsáveis na tutela governativa.

Audição sobre os serviços de urgência

Obteve ontem aprovação unânime o requerimento do PCP para a audição de várias entidades sobre as dificuldades de funcionamento dos serviços de urgência. Esses constrangimentos têm vindo a acentuar-se, assumindo maior gravidade na região de Lisboa e Vale do Tejo, na zona sul e centro do país, com encerramentos temporários das urgências» de várias unidades de saúde, refere a deputada comunista Paula Santos no texto enviado à presidente da comissão de Saúde.

«O encerramento de serviços de urgência introduz insegurança e desconfiança junto dos utentes», que «nunca sabem com o que contar», salienta e líder parlamentar do PCP, observando que «os únicos beneficiados com a redução da capacidade do SNS são os grupos privados que lucram com a doença».

O PCP quer ouvir a FNAM, o SEP, o Sindicato dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais e a ministra da Saúde.

Execução do PRR

O deputado comunista Alfredo Maia considerou «uma redundância, não só dispensável, mas também desaconselhável», a proposta do PSD de constituição de uma Comissão Eventual de Acompanhamento da Execução do PRR e do Portugal 2030.

Entre outras tarefas, de acordo com o projecto de resolução do partido do Governo, que esteve em debate dia 20, à comissão caberia realizar audições, a governantes e a especialistas, o que, do ponto de vista do PCP, se traduz no acompanhamento da execução e avaliação de programas que cabem na esfera de competências de várias comissões permanentes, designadamente na de Poder Local e Coesão Territorial.

«Não faz sentido nem subtrair na prática competências a comissões que as possuem e que delas necessitam, nem duplicar tarefas e esforços no necessário acompanhamento e escrutínio activo dos fundos», argumentou Alfredo Maia.

Propostas do PCP hoje em debate para regularizar situação de imigrantes

O Parlamento debate hoje propostas do PCP para que a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) resolva a situação de 400 mil imigrantes com processos pendentes.

Desencadeado ao abrigo do seu direito de agendamento potestativo, para a bancada comunista este debate impõe-se devido à gravidade da situação de centenas de milhares de cidadãos estrangeiros que já vivem ou trabalham, ou querem trabalhar, no nosso país de acordo com a lei, e que não conseguem resolver os seus processos por responsabilidade do Estado português.

O que significa que estes cidadãos ficam condenados a uma situação de irregularidade com «todas as consequências legais daí decorrentes», como referem no seu projecto de lei os deputados comunistas, para quem tal quadro «configura uma inaceitável violação dos direitos desses cidadãos, como foi já reconhecido por diversas decisões judiciais».

O programa de emergência previsto no projecto de lei do PCP prevê assim, como detalhou na semana finda o deputado António Filipe em conferência de imprensa, «um procedimento extraordinário, e transitório, para que, num período de seis meses, se consiga mobilizar pessoas, espaços e meios logísticos para que, pelo menos a maior parte desses processos, seja resolvido».

«Só assim é que será possível a Agência para a Integração, Migrações e Asilo funcionar em condições de normalidade», sustentou.

Governo falha resposta

Na ocasião, o parlamentar comunista não deixou de criticar o plano do Governo para as migrações, apresentado no início de Junho, anotando que embora reconheça a gravidade da situação dos processos pendentes, apenas propõe «uma estrutura de missão», pelo que «nem para as calendas gregas os 400 mil processos estarão resolvidos».

Plano do Governo não resolve problemas existentes

No preâmbulo do diploma, onde se diz preto no branco que as medidas anunciadas «não só não resolvem os problemas existentes como podem ter consequências negativas no futuro», os deputados do PCP acusam mesmo o Governo de ter procurado «mais acompanhar as orientações do Pacto para as Migrações e Asilo da União Europeia (UE) do que responder à urgência que está colocada a milhares de imigrantes no nosso país».

LUSA

Resolver a acumulação de processos pendentes impõe medidas excepcionais e urgentes, como propõe o PCP

Medidas eficazes

No seu articulado o projecto de lei do PCP propõe a criação de um programa de contratação de até 10 mil funcionários para a AIMA por um período de seis meses, a decorrer entre o dia 1 de Outubro de 2024 e 31 de Março de 2025, tendo em vista a regularização dos processos de autorização de residência.

«Neste momento são perto de 400 mil pendências e nós achamos que não basta o Governo dizer que vai fazer um esforço, que a AIMA vai fazer um esforço, porque a gravidade que esta situação atingiu exige que haja um esforço, mas um esforço dirigido e calendarizado, e isso não é feito pelo Governo», defendeu António Filipe.

Agenda Anticorrupção muito aquém do exigível

«Um grande envelope para muito pouco conteúdo, porque de facto há muita forma, mas o conteúdo é muito exíguo». Nestes termos resumiu o deputado António Filipe, em declarações aos jornalistas no Parlamento, o documento sobre a chamada Agenda Anticorrupção divulgado pelo Governo na semana transacta.

O parlamentar destacou desde logo o facto de as matérias de combate à corrupção que foram objecto de iniciativas do PCP nesta legislatura, e das quais foi dado conta ao Governo nas reuniões efectuadas – questões como o recurso à arbitragem, o combate às chamadas portas giratórias e aos paraísos fiscais -, nenhuma delas constar da agenda anunciada pelo primeiro-ministro e pela ministra da Justiça.

«A primeira medida que é apresentada não é uma medida de combate à corrupção; a regulamentação do lobbying é outra coisa e, portanto, não tem nenhum potencial, do nosso ponto de vista, de combate à corrupção, bem pelo contrário», esclareceu António Filipe, anotando que há depois um conjunto de referências a matérias que estão legisladas e que o Governo reconhece não visarem inovar, mas apenas obter «maior celeridade».

Ora, para haver celeridade, sublinhou, «é preciso que as autoridades judiciárias e os tribunais sejam dotados dos recursos humanos necessários, e nisso também não vemos da parte do Governo uma vontade de intervir nesta matéria, de recrutar mais funcionários judiciais e mais magistrados».

Tudo somado, «há todo um conjunto de matérias que é matéria já dada e que não traz propriamente grande novidade», considerou o deputado do PCP, que disse esperar que «haja da parte do Governo uma concretização em iniciativas concretas» daquilo que foi anunciado.

PCP desmascara discurso mentiroso do Chega

O PCP acusou o Chega de ter «um discurso que se nega a si próprio, porque é um discurso mentiroso», e de querer «um País de portas fechadas para a imigração legal mesmo sabendo que isso escancara as portas à imigração ilegal».

Esta posição foi veiculada no dia 19 pelo deputado António Filipe em debate suscitado por aquele partido centrado no tema imigração.

O próprio agendamento já de si foi «um hino à hipocrisia», segundo o parlamentar comunista, que fundamentou a asserção frisando que o «Chega reconhece que os imigrantes são muito necessários, que há trabalho para os imigrantes, que os imigrantes são importantes para o equilíbrio demográfico e para a sustentabilidade da Segurança Social devido aos descontos que fazem, mas, depois, ataca os imigrantes como se fossem uma praga do Egipto».

Pior, do ponto de vista de António Filipe, o Chega «quer virar as pessoas contra os imigrantes com base no medo, no preconceito e na xenofobia».

E subindo o tom da crítica, afirmou que o Chega «quer é que os imigrantes que não são ricos e que vêm para cá para trabalhar para ganhar a vida, trabalhem com baixos salários, sem horários, sem direitos, sem habitação condigna porque não a podem pagar, sejam invisíveis e que permaneçam ilegais e sujeitos a todo o tipo de discriminações». E sem meias palavras, prosseguiu dizendo que é contra esses que o Chega aponta o seu discurso, acusando-os de serem os causadores de todos os males que afectam os portugueses que, tal como eles, sentem na pele o peso da exploração, dos baixos salários, da falta de habitação, da injustiça social».

Mas António Filipe não se ficou por aqui no retrato à essência e natureza do Chega e na desmontagem dos seus reais objectivos. «O Chega não é contra os estrangeiros se forem ricos. É contra os estrangeiros que sejam pobres e trabalhadores, para alimentar o seu discurso de virar trabalhadores contra trabalhadores e de pôr pobres a invejar outros pobres», sublinhou, antes de pôr a nu as razões que levam aquele partido a agir assim: é que «no dia em que trabalhadores portugueses e estrangeiro tiverem direitos iguais, salários decentes e habitações condignas, cai por terra a demagogia do Chega».

Natureza: exploração ou recuperação?

Sandra Pereira

Na semana passada, os ministros do Ambiente dos 27 Estados-Membros da UE aprovaram, por maioria qualificada, o Regulamento «Restauro da Natureza». A partir da proposta que a Comissão Europeia apresentou em Junho de 2022, este polémico regulamento foi alterado pelo Parlamento Europeu (PE), que o aprovou com uma margem reduzida em Julho de 2023. O Conselho foi adiando a sua posição, que tinha a reprovação anunciada, até agora, momento em que países como Portugal e a Áustria passaram a dar luz verde ao texto proposto. Não deixa de ser surpreendente que, há um ano, o PSD e o CDS tenham votado contra o regulamento e que, agora no Governo, passaram a aprovar até porque, pelo que se conhece do texto, não houve alterações assim tão significantes.

Este regulamento prevê o restauro de ecossistemas degradados, determinando metas de recuperação de, pelo menos 20 por cento das áreas terrestres e, pelo menos, 20 por cento das áreas marinhas até 2030 e de 90 por cento até 2050 de todos os ecossistemas que necessitam de restauro.

Para o PCP, promover a recuperação de habitats e a biodiversidade não se pode limitar ao estabelecimento de metas a alcançar. É necessária uma coerência entre objectivos a alcançar e os meios definidos para os alcançar, assim como entre esses objectivos e as políticas que se implementam em variados domínios: agricultura, gestão florestal, comércio, energia, entre outros. Nesse sentido, apresentámos propostas para o reforço das dotações financeiras de instrumentos que visem conter e reverter a perda de biodiversidade, a perda e degradação de habitats naturais e semi-naturais, como o programa Life ou a gestão de áreas integradas na Rede Natura 2000. Os que agora se dizem preocupados com a restauração da natureza votaram contra!

Temos denunciado que a degradação dos ecossistemas é indissociável de décadas de políticas, que continuam em curso, de exploração desenfreada da Natureza, em função dos grandes interesses económicos, em detrimento da produção de pequena e média escala e da ocupação equilibrada e valorização do território.

A recuperação de ecossistemas carece de uma profunda mudança do paradigma produtivo, que responda aos interesses do País, promova e apoie os pequenos e médios produtores, a produção tradicional, a valorização de espécies autóctones.

E como não se fazem omeletes sem ovos, é fundamental que, no plano nacional, se reforce as verbas para a conservação da natureza e dos correspondentes meios humanos e materiais das autoridades competentes, para uma gestão activa do território, que se rejeite a mercantilização e privatização da natureza, a que frequentemente se associa uma dita «fiscalidade verde». Que se garanta o envolvimento das populações e das organizações de produtores na elaboração das políticas.

UE impõe tarifas adicionais a carros eléctricos chineses

A União Europeia aumentou as taxas aduaneiras aplicadas aos veículos eléctricos fabricados na China. Já antes imposto por Washington a Pequim – no quadro da guerra comercial promovida pelos EUA contra a China –, é agora adoptado por Bruxelas em benefício dos interesses estratégicos norte-americanos.

O vice-primeiro-ministro chinês, Ding Xuexiang, repudia a imposição de tarifas aduaneiras adicionais aplicadas pela União Europeia (UE) aos veículos eléctricos construídos na China. O dirigente chinês acentuou que a medida é um exemplo de proteccionismo e não favorece a apregoada «transformação verde» da UE, ao mesmo tempo que mina a cooperação global.

O vice-primeiro-ministro chinês reuniu-se na Bélgica, na semana passada, com o vice-presidente executivo da Comissão Europeia, Maros Sefcowicz, para celebrar em conjunto o quinto diálogo de alto nível China-UE sobre meio ambiente e clima.

Ding enfatizou que os veículos eléctricos são produtos fundamentais nas políticas ambientais. «Esperamos que a UE melhore a coerência das suas políticas de cooperação com a China nos âmbitos do meio ambiente, clima, economia e comércio; e evite atrasar o processo de transformação verde devido a fricções económicas e comerciais», afirmou.

Bruxelas segue Washington e aumenta taxas aduaneiras a veículos eléctricos fabricados na China

O responsável chinês apelou a que se impeça o estabelecimento de barreiras que interfiram com uma cooperação económica e comercial normal. Disse que as duas partes devem gerir adequadamente as suas diferenças mediante o diálogo e a consulta. Não obstante, reiterou que a China está «inquebrantavelmente decidida a salvaguardar os seus interesses legítimos».

Entretanto, o ministério do Comércio chinês declarou que a UE ignorou «repetidas e fortes objecções da China e ignorou os apelos e argumentos de governos e empresas dos seus Estados membros». Avisou que «Pequim tomará todas as medidas necessárias para salvaguardar firmemente os direitos e interesses legítimos das empresas chinesas».

No passado dia 12, a Comissão Europeia anunciou que planeia impor a partir do próximo mês de Julho taxas alfandegárias adicionais entre 17,4 e 38,1 por cento aos veículos eléctricos importados da China. Actualmente, essas taxas aduaneiras são de 10 por cento.

AKEL quer Chipre envolvido com a paz e não com a guerra

O AKEL recusa que as bases militares britânicas em Chipre sejam usadas para apoiar o massacre israelita contra a Faixa de Gaza

O Partido Progressista do Povo Trabalhador (AKEL) defende que a política externa de Chipre deve ser baseada no direito internacional, na defesa da paz e na cooperação com todos os Estados, especialmente na vizinhança do Mediterrâneo Oriental, «longe de qualquer lógica de militarização e alianças geopolíticas».

Num comunicado recente, o AKEL reclama das autoridades nacionais uma «posição firme» face ao governo do Reino Unido relativamente ao envolvimento das bases militares britânicas em Chipre nas operações militares de Israel: «Isto é precisamente o que exige a segurança do nosso país e do nosso povo, o direito internacional, mas também os princípios morais básicos para com o povo palestiniano, que está a ser massacrado».

Reafirmando que Chipre se deve tornar uma «ponte de paz e cooperação» e não uma plataforma de lançamento agressiva ou um campo de treino para exércitos estrangeiros, o AKEL garante que o objectivo da luta do seu país deve ser «livrar-se dos exércitos estrangeiros e não sobrecarregar-nos com mais». A presença militar estrangeira na ilha não só não garante a segurança de Chipre e dos cipriotas como acrescenta novos perigos.

Israel e EUA ameaçam estender a guerra ao Líbano

O governo de Israel anunciou que a agressão à Palestina vai prosseguir e, com o apoio dos EUA, ameaça estender a guerra ao Líbano. Entretanto, as forças israelitas continuam os massacres na Faixa de Gaza e os ataques na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental.

Os EUA ajudarão Israel «em tudo o que for necessário», no caso de um conflito militar em grande escala com o movimento Hizbollah (Resistência Islâmica), do Líbano, noticiaram meios de comunicação norte-americanos, citando fontes da administração Biden. A informação surge depois de uma reunião em Washington em que participaram responsáveis israelitas e norte-americanos.

A garantia de que os EUA estão «totalmente preparados para apoiar o seu aliado» coincide com o aumento dos ataques de Israel às populações no sul do Líbano e a intensificação das respostas militares do Hizbollah.

Já no início desta semana, o primeiro-ministro de Israel confirmou o próximo envio de mais tropas de Telavive para a fronteira com o Líbano. Em entrevista a um canal televisivo israelita, Benjamin Netanyahu disse que a fase de «ataques intensos» na Faixa de Gaza terminará «muito em breve» mas que a guerra continuará e Israel reforçará o seu dispositivo militar no norte, na fronteira com o Líbano.

Entretanto, não cessaram nos últimos dias os ataques israelitas e cresce o número mortos e feridos palestinianos na Faixa de Gaza, sob fogo há quase nove meses. Foram noticiados bombardeamentos aéreos no centro e na periferia da cidade de Gaza e o lançamento de mísseis contra os campos de refugiados de Nuseirat e de Al-Shati, provocando dezenas de mortos e feridos.

Primeiro-ministro israelita anuncia reforço de tropas na zona fronteiriça com o Líbano

Foram também reportados ataques contra o centro e o sul da cidade de Rafah, alvo desde Maio de uma acção militar pelas forças ocupantes. Antes do ataque militar israelita, estavam refugiados na cidade mais de um milhão de palestinianos, agora a ONU estima que permaneçam ali 65 mil pessoas. O exército israelita ocupou o vizinho posto fronteiriço de Rafah, que durante meses foi a única porta de Gaza para o exterior e por onde entravam alimentos, água, combustível e medicamentos, embora de forma insuficiente.

Desde Outubro do ano passado, a guerra genocida de Israel provocou mais de 120 mil mortos, feridos e desaparecidos na Faixa de Gaza.

Também na Cisjordânia aumentou a repressão israelita. Só no domingo, 23, dezenas de palestinianos foram feridos ou presos durante incursões do exército em diversas partes do território ocupado. A aldeia de Tuqu; o povoado de Ain al-Sultan, em Jericó; a localidade de Al-Ram, a norte da zona ocupada de Jerusalém Oriental; as cidades de Anabta e Kafr al-Labad, no norte da Margem Ocidental; e as cidades de Nablus e Qalqilia – foram alvos de ataques israelitas.

As forças de segurança e os colonos israelitas mataram, em menos de nove meses, mais de 540 palestinianos na Cisjordânia. Nesse período, foram feridos 5200 cidadãos e presos mais de 9300.

Em Ramalah, o presidente do Conselho Nacional Palestiniano, Rawhi Fattouh, acusou mais uma vez o exército israelita de perpetrar massacres em Gaza. As operações militares do «governo racista» de Telavive são «uma guerra de vingança contra as crianças, as mulheres e a população em geral», afirmou o dirigente palestiniano.

Fattouh criticou o apoio de alguns países a Israel, o principal aliado dos EUA no Médio Oriente. E advertiu que «enquanto houver países que apoiem e tentem interferir nas decisões dos tribunais internacionais (...) e ofereçam apoio militar e imunidade diplomática à entidade ocupante, ela continuará a cometer mais crimes e assassinatos».

Julian Assange em liberdade após cinco anos preso em Londres

O jornalista e activista Julian Assange saiu da prisão de máxima segurança de Belmarsh, perto de Londres, na manhã de segunda-feira, 24, depois de ter ali passado 1901 dias. «O Tribunal Superior de Londres concedeu-lhe liberdade sob fiança e foi libertado durante a tarde no aeroporto de Stansted, onde embarcou num avião e deixou o Reino Unido», pormenorizou a plataforma WikiLeaks, onde foram publicados documentos classificados que denunciaram crimes de guerra dos EUA, razão pela qual Assange foi perseguido durante anos por Washington.

A WikiLeaks confirmou que os advogados do activista australiano conseguiram um acordo com o Departamento de Justiça dos EUA. O acordo prevê uma audiência num tribunal federal nas Ilhas Marianas, território norte-americano no Pacífico, sessão que estava prevista para ontem, 26.

LUSA

«Depois de mais de cinco anos numa cela de dois por três metros, isolado 23 horas por dia, em breve reunir-se-á com a sua esposa, Stella Assange, e com os seus filhos, que só conheceram o pai atrás das grades», precisou a plataforma.

O fundador da WikiLeaks devia declarar-se culpado de algumas das acusações, como parte do acordo com as autoridades de Justiça norte-americanas, o que lhe permitiu sair em liberdade após passar cinco anos numa prisão britânica. Os procuradores dos EUA solicitaram uma condenação de 62 meses, ou seja, o tempo que Assange passou no cárcere de Belmarsh, o que permite ao activista regressar à Austrália.

Segundo a WikiLeaks, a libertação do jornalista é resultado de uma campanha global em que participaram organizações de base, defensores da liberdade de imprensa, legisladores, dirigentes de um amplo espectro político e até as Nações Unidas. Recorde-se que, no Parlamento Europeu, os deputados do Partido Comunista Português promoveram, com outros parlamentares, diversas iniciativas a exigir a libertação de Assange.

Ao longo de anos, a WikiLeaks publicou peças jornalísticas sobre corrupção governamental e abusos contra os direitos humanos, lembrou agora a plataforma criada em 2006. Entre as informações divulgadas, revelou crimes de guerra cometidos por militares dos EUA no Iraque e no Afeganistão.

«Como editor chefe, Julian pagou severamente por estes princípios e pelo direito do povo a saber», destacou a WikiLeaks, que agradeceu a todos os que apoiaram, lutaram e permaneceram totalmente comprometidos com a luta pela liberdade do activista.

A esposa, Stella Assange, pela sua parte, manifestou «imensa gratidão» a todos os que, ao longo de anos, se mobilizaram e apoiaram a libertação do marido.

Assange, de 52 anos, foi acusado em Maio de 2019 de conspirar para obter documentos classificados e publicá-los na sua plataforma WikiLeaks. Foi acusado de difundir informação classificada do governo dos EUA, «crime» pelo qual poderia ser condenado a 175 anos de prisão.

O fundador da WikiLeaks foi detido pela polícia inglesa na embaixada do Equador em Londres, em Abril de 2019, depois de ali ter estado asilado durante sete anos.

Quénia ao serviço dos EUA e da NATO

Carlos Lopes Pereira

O Quénia, uma das economias em crescimento na África do Leste, está por estes dias em foco, pelos piores motivos. Desde logo pela subida do preço do pão e o aumento de impostos pretendidos pelo governo e apoiantes, e contra os quais têm ocorrido manifestações populares em várias cidades quenianas, sobretudo em Nairobi, a capital, mobilizando milhares de pessoas.

A polícia e unidades do exército reprimiram com violência os protestos, havendo registo de mortos e feridos, além de centenas de detidos, entre os manifestantes. Num desses protestos, alguns insurgentes, sobretudo jovens, romperam as barreiras policiais e entraram no edifício do parlamento, tendo sido repelidos a tiro pelas forças «da ordem».

Apesar da repressão brutal e do recuo governamental em relação a alguns dos aumentos anunciados, os manifestantes não desistiram e encaram a possibilidade de convocar uma greve geral.

Há outras razões para o destaque do Quénia na imprensa internacional: esta semana, o presidente norte-americano designou formalmente o Quénia como «aliado principal dos EUA não pertencente à NATO».

A Casa Branca tinha explicado antes que iria tomar esta decisão devido à contribuição do país africano para «solucionar» a crise no Haiti (com o envio de centenas de polícias) e, sobretudo, para combater o «terrorismo». Em Maio, durante uma visita de Ruto a Washington – a quarta desde a sua eleição, em 2022 – Joe Biden justificou o estatuto concedido ao Quénia referindo anos de colaboração na luta contra o grupo «Estado Islâmico» no leste africano e contra os jihadistas do Al Shabaab na Somália.

«Tomo esta decisão em reconhecimento pelos muitos anos de contributos do Quénia na área de responsabilidade do Africom [comando militar dos EUA para a África] e a nível mundial, e em reconhecimento do nosso próprio interesse nacional em aprofundar a cooperação bilateral nos sectores da defesa e da segurança com o governo queniano. O Quénia é um dos principais parceiros antiterroristas e na área da segurança do governo dos EUA na África subsaariana», afirmou então o presidente norte-americano.

O estatuto especial concedido pelos EUA implica «privilégios» para o país africano, tais como o recebimento de armamento e a participação em exercícios conjuntos. Em troca, os EUA continuarão a utilizar a base militar de que dispõem na cidade costeira de Lamu para lançar as suas operações militares na região.

O Quénia junta-se assim a outros países africanos que «beneficiam» do estatuto de «aliado principal dos EUA não pertencente à NATO», que são, até agora, Marrocos, Tunísia e Egipto.

Com o envolvimento do Quénia nas guerras promovidas pelos EUA e pela NATO – na vizinha Somália e, mais recentemente, no Iémen – e a crescente vassalagem do governo de Nairobi em relação ao imperialismo norte-americano, compreende-se bem que o povo queniano se revolte, se manifeste nas ruas contra a exploração e lute pela paz, por mais desenvolvimento e progresso social.

Colômbia necessita da Reforma Agrária

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, denunciou a distribuição «feudal e irracional» da terra no país. Considerou fundamental a implementação de uma Reforma Agrária que entregue terra fértil aos camponeses para impulsionar a produção de alimentos e dinamizar processos agroindustriais que desenvolvam o sector.

O presidente Gustavo Petro denunciou uma vez mais que a distribuição da terra na Colômbia continua a ser «feudal e irracional» porque a terra não é utilizada para a produção de alimentos.

O presidente colombiano proferiu estas declarações durante a inauguração da primeira edição da Feira da Agricultura Camponesa, Familiar e Comunitária «Melhor Colombiano», organizada em Bogotá pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Participaram no certame, que decorreu no último fim-de-semana, mais de um milhar de associações e organizações de produtores dos 32 departamentos do país.

A violência que assolou a Colômbia nos últimos 75 anos deve-se também à concentração da terra em poucas mãos

Na sua intervenção, Petro aproveitou para alertar que a agricultura do país ocupa apenas cinco milhões e meio de hectares de terra, dos 40 milhões disponíveis, enquanto o resto, sendo terra fértil para cultivar, é utilizado em explorações pecuárias extensivas, com o que se perde um dos factores de produção que poderia gerar mais riqueza na Colômbia.

Segundo referiu, a violência que assolou o país nos últimos 75 anos deve-se também à concentração da terra em poucas mãos, realidade que evidencia a inexistência de uma política democrática em dois séculos de vida republicana.

O presidente recordou que, embora no Acordo de Paz de 2016, assinado entre o Estado e o movimento guerrilheiro Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo, se tenha acordado entregar ao campesinato três milhões de hectares de terras, até hoje apenas foram entregues 110 mil hectares. Explicou que uma das questões que impede o normal funcionamento desse processo é o conluio entre a extrema-direita e a magistratura, que impede nos tribunais a compra de terras pelo governo aos latifundiários, de maneira rápida, para as entregar aos camponeses.

Docentes universitários argentinos em luta contra governo de extrema-direita

Na Argentina, a Frente Sindical de Universidades Nacionais promove, esta semana, uma nova jornada de luta para exigir aumentos salariais e denunciar as políticas do governo de extrema-direita do presidente Javier Milei.

Como ocorreu em semanas anteriores, membros da Federação de Docentes Universitários (CONADU), da CONADU Histórica, da Confederação de Trabalhadores da Educação (CTERA) e de outras organizações levam a cabo três dias de protestos, incluindo uma concentração defronte do Palácio Pizzurno, sede da secretaria do ensino superior em Buenos Aires.

Os profissionais universitários denunciam a falta de respostas do governo às suas reivindicações salariais e uma perda de poder aquisitivo de mais de 40 por cento. «Sem salários dignos e com 60 por cento dos docentes abaixo da linha de pobreza não há Universidade Pública possível», garante um comunicado conjunto das organizações em luta.

A luta dos docentes universitário argentinos continua devido à decisão do governo de aumentar apenas em 10 por cento o orçamento das universidades, correspondentes aos gastos de funcionamento, e de congelar os 90 por cento restantes, que incluem os salários dos que trabalham – destacam as organizações sindicais.

Por sua parte, a Frente Sindical de Universidades Nacionais considerou positiva a última paralisação convocada e realçou o apoio da sociedade argentina à luta dos docentes universitários. Além disso, responsabilizou a ministra do Capital Humano pela falta de atenção ao sector universitário e pelas irregularidades na distribuição de alimentos destinados aos refeitórios populares.

Pequim critica EUA por ingerência nos assuntos internos da China

Uma vez mais, Pequim avisou Washington para cessar a venda de armas a Taiwan e deixar de apoiar os separatistas daquela ilha chinesa. E reiterou que a China adoptará todas as medidas necessárias para salvaguardar a sua soberania, segurança e integridade territorial.

A China advertiu que a insistência dos EUA em usar a força para apoiar a «independência de Taiwan» seguramente terá consequências e terminará em fracasso.

A Agência de Cooperação para a Segurança e Defesa, dos EUA, emitiu recentemente um comunicado confirmando as vendas a Taiwan de drones Switchblade e Altius 600M-V, assim como peças e componentes de apoio, num total de aproximadamente 360 milhões de dólares.

Sobre o tema, um porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, declarou em conferência de imprensa que Washington ignorou a constante oposição e as declarações de Pequim e uma vez mais vendeu armas à região chinesa de Taiwan, violando gravemente o princípio de «Uma só China» e os três comunicados conjuntos sino-norte-americanos.

A violação da soberania e dos interesses de segurança da China prejudicou gravemente as relações sino-norte-americanas e a paz e a estabilidade na zona do Estreito de Taiwan, e enviou um sinal muito errado às forças separatistas de Taiwan, destacou o porta-voz. A China condena energicamente e opõe-se firmemente às sucessivas vendas de armas dos EUA a Taiwan, em apoio à obstinada insistência das autoridades do Partido Democrático Progressista na sua postura separatista, insistiu.

O porta-voz assinalou que este facto demonstra uma vez mais que a maior ameaça à paz e à estabilidade no Estreito de Taiwan são as actividades das forças separatistas em Taiwan e a conivência e o apoio de forças externas lideradas pelos EUA.

O porta-voz enfatizou que a questão de Taiwan é do interesse fundamental da China e uma linha vermelha insuperável nas relações sino-norte-americanas. Mais: ninguém deve subestimar a firme vontade e a forte capacidade da China para opor-se à «independência de Taiwan» e defender a soberania nacional e a integridade territorial.

LUSA

A China reafirma o direito a defender a sua soberania e integridade territorial

China condena energicamente sucessivas vendas de armas dos EUA a Taiwan

A China insta os EUA a respeitar seriamente o princípio de «Uma só China» e os três comunicados conjuntos sino-norte-americanos, retirar a sua decisão de vender armas a Taiwan e deixar de tolerar as acções das forças que apoiam a «independência de Taiwan», reiterou. E advertiu que a China tomará medidas «decididas e enérgicas» para salvaguardar a sua soberania, segurança e integridade territorial.

Sanções dos EUA a empresas chinesas

O ministério do Comércio da China rejeita as sanções dos EUA a empresas chinesas por aquilo que Washington descreve como «razões relacionadas com a Rússia».

O porta-voz daquela pasta ministerial declarou que a medida carece de base no direito internacional e não conta com a aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Recentemente, os EUA anunciaram novas sanções contra mais de 300 entidades e indivíduos em todo o mundo, incluindo mais de 40 empresas e pessoas na China continental e Hong Kong por laços comerciais com a Rússia.

Trata-se de um acto típico de intimidação unilateral e coerção económica, a que Pequim se opõe firmemente, declarou o porta-voz chinês. Realçou que os EUA devem pôr fim imediatamente à «desrazoável repressão» às empresas chinesas e advertiu que a China tomará as medidas necessárias para salvaguardar resolutamente os seus direitos e interesses legítimos.

Rússia, RPD da Coreia e Vietname reforçam relações

O presidente russo, Vladimir Putin efectuou visitas de Estado à República Popular Democrática da Coreia (RPDC), nos passados dias 18 e 19, e à República Socialista do Vietname, nos dias 19 e 20. Em Pyongyang e Hanói, reuniu-se com os mais altos dirigentes coreanos e vietnamitas, para promover o reforço da cooperação entre a Rússia e os dois países asiáticos, cujos povos estão ligados por históricos laços de amizade.

O acordo com a RPDC, para além da assistência militar mútua em caso de agressão, articulará as relações bilaterais «na procura de uma nova ordem multipolar contrária às tentativas hegemónicas dos Estados Unidos da América». O presidente do Comité de Assuntos Estatais da RPDC, Kim Jong Un, considerou que o Acordo de Associação Estratégica Integral assinado entre a RPDC e a Rússia tem «um carácter verdadeiramente construtivo, orientado para o futuro, de natureza exclusivamente pacífica e defensiva, desenhado para proteger e defender os interesses básicos dos povos de ambos os países».

O novo acordo substitui o Tratado de Amizade e Assistência Mútua, de 1961, e o Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação, de 2000, assim como as declarações bilaterais de Moscovo (2000) e Pyongyang (2001).

Consolidar os laços Rússia-Vietname

O Vietname e a Rússia afirmaram em Hanói a vontade de avançar no sentido de consolidar a sua associação estratégica integral, ao aprovar uma declaração conjunta por ocasião da visita do presidente Vladimir Putin.

O chefe do Estado vietnamita, To Lam, afirmou que nas conversações havidas ambas as partes acordaram as principais orientações e medidas destinadas a fortalecer os laços na base da confiança e vantagens mútuas, da igualdade e da não interferência nos assuntos internos de cada um dos países.

Decidiram também fortalecer a confiança política mediante o intercâmbio de delegações de distintos níveis, em especial de alto nível, e realizar negociações que permitam melhorar o Acordo de Livre Comércio entre o Vietname e a União Económica Eurasiática.

As duas partes coincidiram em fortalecer a cooperação nos sectores da energia, dos transportes, da ciência, tecnologia e inovação, da educação e formação profissional, contribuindo para o crescimento económico.

Pela sua parte, Putin valorizou as conversações com To Lam, que se desenvolveram «num ambiente bom e substancial» e realçou que esta visita teve como objectivo continuar a consolidar e fortalecer a associação estratégica integral entre a Rússia e o Vietname.

Além das conversações com o seu homólogo vietnamita, To Lam, Putin reuniu-se com o Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietname, Nguyen Phu Trong, com o primeiro-ministro Pham Minh Chinh e com o presidente do parlamento, Tran Thanh Man.

Avante!

ACTUAL

Os derrotados

João Frazão

Uma das novidades com que a comunicação social nos brindou nestas eleições para o Parlamento Europeu foi catalogarem o Chega no lote dos derrotados, em função da meta que os próprios tinham definido para si.

Sendo certo que é compreensível a aversão dos democratas perante a entrada no Parlamento Europeu, a partir de Portugal, de duas sinistras figuras desta agremiação política, com o seu discurso de ódio, retrógrado, discriminatório, racista e xenófobo, ou mesmo o sentimento dos que considerem que ter dois deputados daqueles é menos mau que ter quatro ou cinco, como alguns anunciaram e tudo fizeram para isso, não podemos deixar de alertar para o engodo com que os centros de desinformação do capital procuram iludir os mais incautos.

O Chega está a ser usado como seguro de vida do conjunto das forças e, principalmente, das ideias reaccionárias.

Concentrando as atenções no resultado do Chega (que, repare-se, não tinha deputado nenhum e agora tem dois), o que nos querem fazer crer é que o resultado do PSD e do CDS na AD, em que avulta o discurso arrogante e conservador do cabeça de lista, nada tem a ver com os objectivos reaccionários daquele.

De igual modo, se procura passar a ideia de que uma outra direita, a IL, não apenas não constituiria um perigo tão grande para a democracia, nas suas vertentes económica, social, política e cultural, como seria dela uma defensora, ainda por cima numa versão moderna e dinâmica.

Aliás, descarregando a bílis no resultados do Chega para o PE e particularmente no seu candidato, procurarão que alguns não vejam que estes estão metidos no mesmíssimo caldeirão de reaccionarismo que o PSD, o CDS e o IL, e que, todos juntos, vão continuar a convergir nas opções a favor do grande capital.

Longe vão os tempos das linhas vermelhas que ninguém cruzaria. Agora é a fase em que Meloni, a reaccionaríssima primeira ministra italiana, que se movimenta debaixo do lema «Deus, Pátria, Família» e cujo partido tem como símbolo os fachos, um e outro, de muito má memória, se encontra no centro de decisões essenciais, incluindo na escolha dos cargos na UE, para garantir que continua tudo na mesma.

Como afirmámos na campanha eleitoral, a extrema-direita convive bem com a UE e a UE convive bem com a extrema-direita.

«Escutas», lama e conspiração?

Carlos Gonçalves

Mesmo com tudo o que já se viu, é repugnante a náusea mediática de lama e baixa política em torno das «escutas», reais e inventadas – que não se confundem com investigação criminal nem jornalística –, de tretas e factos mal contados, para mistificar questões e lutas fundamentais dos trabalhadores, do povo, da democracia, do desenvolvimento e da paz.

Estamos perante uma deriva em que se especula à exaustão – a escuta deve ou não ser apagada, é relevante, é corrupção, quem deve ser inquirido, a quem serve e quem comanda a fuga, como chegou àquele grupo mediático, quem expõe a escuta e subverte a justiça?

Os media dominantes, os patrões, ideólogos e basbaques do sistema já têm a «resposta», é a mesma de outras operações na matéria. Dizem que a culpa não pode ser dos que vendem jornais e publicidade televisiva com o «escândalo», e que assim escondem a guerra da NATO contra a Rússia ou o genocídio de Israel em Gaza; nem pode ser dos «envolvidos» pelo sistema judicial, que são «gente séria», que pouco ganha com as fugas, o que nem sempre é verdade; restam como «responsáveis» a investigação criminal e o Ministério Público (MP) que a dirige, por «espírito de corpo», manipulação da justiça e «ajuste de contas».

Mas e que tal admitir outras hipóteses de «culpa»? Por exemplo: a elite de barões PS-PSD que, desde a Constituição de 1976 (CRP), está contra a autonomia do MP e agora, no «Manifesto da Justiça», repropõe a governamentalização; ou os proto-fascistas que articulam, com os media dominantes e as redes sociais, o caos, a instabilidade permanente, o protagonismo sensacionalista e eleitoralista, e que escondem a política e as convergências reaccionárias; ou o «aparelho» que sobra das escutas do Sistema de Informações (SIRP), cuja recolha de metadados, sem qualquer controlo, foi proibida pelo Tribunal Constitucional (e que o SIRP continua a reivindicar), e cujas «ferramentas» estão «desaparecidas»", estarão em outsorcing?

Qualquer destas hipóteses de comando da operação de «escutas» à tonelada e de ataque ao MP é muito credível, ou então a sua coordenação.

Do ponto de vista da CRP e da democracia, sem descartar melhorias a ver, importa defender a justa autonomia do Ministério Público contra a deriva e o perigo de governamentalização.

Ia a passar por ali...

Filipe Diniz

Entre 2005 e 2010 uma «Comissão Sul-Coreana da Verdade e da Reconciliação» investigou atrocidades e violações dos direitos humanos cometidas na península coreana durante boa parte do séc. XX, desde o período colonial japonês à guerra de 1950-1953 e mais adiante. Dos massacres investigados do período da guerra dos anos 50, verificou que 82% foram cometidos por forças da Coreia do Sul e 18% por forças do norte. Verificou numerosos casos de assassínios em massa de civis cometidos pelos EUA nesse período, e recomendou ao seu governo que reclamasse aos EUA reparações por esses crimes. Para os EUA já era demasiada «verdade e reconciliação» e, em 2010, a comissão foi «reorganizada». Passou a «verificar» que esses massacres por parte dos EUA resultavam de «necessidade militar» ou, num número limitado de casos, a tropa dos EUA actuara com «baixos níveis de ilegalidade» (sic), e, portanto, não era de reclamar reparações. Dá nisto o protectorado.

A Rússia e a RPDC assinaram vários acordos na semana passada, entre os quais um acordo de defesa mútua. Como no vocabulário *orwelliano* dos EUA (e da NATO) «defesa» significa «ataque», levantou-se o habitual coro histérico mediático. Nem dois dias passados sobre essa assinatura, o porta-aviões Theodore Roosevelt chegava à Coreia do Sul. Ia a passar por ali... Em Abril participara em manobras no mar da China oriental. Em breve haverá novas manobras Coreia do Sul/Japão/EUA (Freedom Edge). Estavam decididas muito antes de ser assinado o acordo Rússia-RPDC.

Ouça-se a marinha dos EUA. Embora ridícula, a coisa é séria: «O Theodore Roosevelt e os aviões que transporta servem como relevantes instrumentos de paz. Seja em que ocasião ou lugar o TR se apresente ao serviço, traz 4,5 acres de soberania e 97.000 toneladas de diplomacia.» Arrogante prosápia, e muito perigosa. O tempo da diplomacia da canhoneira já terá acabado. Mas pode acabar com tudo o resto.

MÚSICA

Chico: 80 anos de vida com um cheirinho a alecrim

Nuno Gomes dos Santos

Quando cá esteve pela primeira vez era um puto, mas já não andava à toa na vida a ver a banda passar. Nunca andou. Compondo, cantando, escrevendo, comprometendo-se, defendendo valores de solidariedade, liberdade, fraternidade e progresso, o Chico, o do «Cálice», o da «Ópera do Malandro» ou de «Tanto Mar», não se desviou do estatuto que a si próprio impôs de enfrentar a(s) ditadura(s), o saudosismo fascista, o empecilho que as forças de direita sempre foram, usando a repressão, as prisões, a tortura para, em nome do povo, derrotar os sonhos desse mesmo povo, sofrido e burlado por charlatães perigosos dos quais Bolsonaro é um exemplo recente. Em Portugal saímos dessa com a Revolução dos Cravos.

O Chico amigo do nosso Abril – «Lá faz Primavera, pá, cá estou doente, manda urgentemente um cheirinho de alecrim» – recebeu, em 2023, o Prémio Camões com que foi distinguido em 2019. O atraso na entrega ficou a dever-se, nomeadamente, ao facto de Bolsonaro ter protelado a assinatura do documento, tão distraído com sua doença (padecia de fascismo obstrutivo crónico…) que nem queria acreditar que seria derrotado por Lula da Silva, não pela força mas pelo voto popular…

O cantautor, poeta e escritor já tinha recebido, em Portugal, a comenda da Ordem do Infante D. Henrique, em 1966.

Em 1976, estando o dramaturgo e encenador Augusto Boal exilado e a trabalhar em Portugal, mandou-lhe uma carta em forma de canção, numa cassette, menos fácil de ser apanhada pela censura, tanto mais que foi trazida em mão por pessoa de confiança, com o título «Meu caro amigo». A carta-canção habilmente denunciava a situação no Brasil, escasso de liberdades e prenhe de ditaduras.

Chico Buarque actuou na Festa do Avante! em 1980, actuando para «uma das maiores plateias» da sua vida

Esteve em Portugal várias vezes e não terá sido das menos importantes a sua visita ao nosso país em 1980 para participar na Festa do Avante! onde actuou, segundo disse, para «uma das maiores plateias» da sua vida.

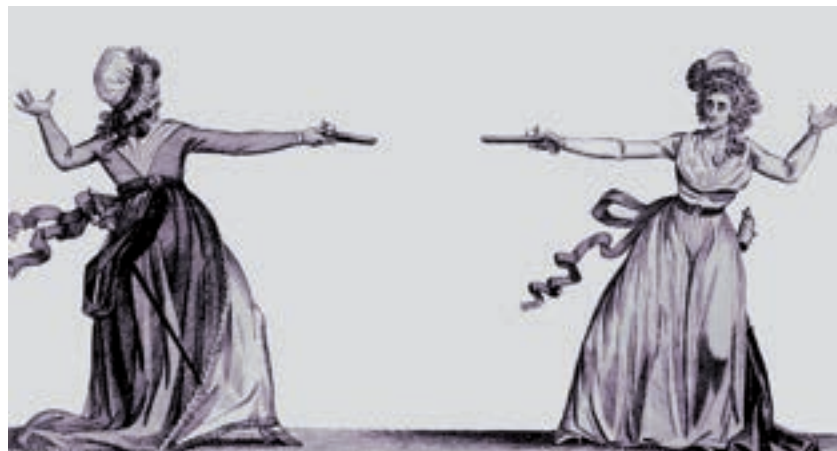
Não estando sozinho, Francisco Buarque de Holanda, nome deste Chico de que falamos, trabalhou musical e, pelo visto, politicamente, com nomes que são música para os nossos ouvidos: Vinicius de Moraes, Tom Jobim, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Gal Costa, Mercedes Sosa, Nara Leão, Maria Bethânia, Elba Ramalho, Milton Nascimento, Geraldo Vandré, João Cabral de Melo Neto e por aí fora, que a lista não pode ser exaustiva e com perdão dos não mencionados que, felizmente, são muitos.

Os anos foram passando e o «nosso» (sabe bem dizer assim!) Chico acaba de cumprir 80. Mais hão-de vir, para nosso benefício e de todos os que gostam de boas canções e bons livros, de pensar num futuro melhor, de verticalidade, qualidade e bom gosto. Aqui estamos nós a dizer que continuamos a ver a banda passar cantando coisas de amor, que é como quem diz Continuamos a ouvir-te e a ler-te, obrigado Chico, parabéns, desculpa mas só temos para te oferecer todo o tempo em que te ouvimos mais o que queremos ouvir-te.

Porque a nossa prenda és tu, meu caro amigo.

MEMÓRIA

1792 – Duelo de anáguas

Honra, orgulho, amor, cavalheirismo, sempre foram as razões invocadas para os duelos, prática presente no imaginário das sociedades ocidentais como inerentemente masculina. Embora menos frequentes, os duelos femininos também existiram. Um, particularmente famoso, ocorreu no Hyde Park de Londres, e ficou conhecido como Petticoat Duel, ou Duelo de Anáguas, ou, em linguagem contemporânea, Duelo de Saiotes, peças usadas por baixo dos vestidos para dar volume ao traje. As senhoras Elphinstone e Almeria Braddock tomavam chá na casa desta última quando uma observação infeliz sobre a idade da anfitriã azeda o ambiente. Ofendida por ter sido considerada mais velha, Braddock desafia Elphinstone para um duelo. O confronto começa com pistolas, mas a única vítima foi um chapéu, pelo que as senhoras decidem retomar a disputa com espadas. A ofendida fere o braço da oponente, que decide retirar-se e resolver a questão com uma carta de desculpas. Dois séculos antes, outro duelo ficou famoso: o de Isabella dè Carazzi e Diambra dè Pottinella, damas napolitanas que se digladiaram por causa de um sedutor. O feito inspirou o pintor Jusepe de Ribera, Lo Spagnoletto, que nos deixou «Mulheres Gladiadoras», uma intensa pintura hoje preservada no Museu do Prado, em Madrid.

UM LIVRO POR MÊS

A minha juventude e outros textos dispersos, de Sérgio de Sousa

Domingos Lobo

Quando já quase tudo se contou, quando sobre o nosso mundo se disse da essência, quando escrevemos sobre os amigos e os camaradas de uma longa caminhada, da família, da guerra onde a contragosto estivemos, das mulheres, dos livros amados, as estórias inventadas no pó dos dias, quando nos livros expressámos a raiva, o desencanto, a revolta e a serenidade, o tempo que habitamos, restamos nós ao espelho, a transportar para o papel o jovem escritor em formação, o jovem cão de que falava Joyce. Resta-nos o jogo da memória, esse solitário xadrez do qual saímos sempre perdedores. Memória e afectos, o lugar dos nossos passos levantados, na dispersão da inquieta alma sedenta de saberes, de conhecer o que está para além da janela do quarto, dos livros lidos sofregamente, da escola, dos primeiros amigos, os primeiros filmes, o primeiro e duro contacto com a realidade.

Sérgio de Sousa é um autor sensível, atento ao nosso tempo e sempre do lado justo da vida

É um privilégio para Sérgio de Sousa, autor de muitos mundos reais e inventados, chegar às sete décadas e uns trocos de vida, e ter a memória ágil, desperta para não falhar nessa estocada, para não fazer batota. O autor a sós com essa carga de longínquas memórias, nessa difícil arte de estar vivo e poder contar o que se viu e viveu quando infante criatura, raro sortilégio será, que os deuses do efémero nos concedem para que, dos dias de levante, da inicial experiência de respirar e haver sol e nuvens e gente e mistérios que se revelam num abrir dos olhos, os dias do espanto – que tudo isso, anos volvidos e a velhice a bater-nos à porta, agreste e muda, fiquem inscritos, no audaz limbo das palavras, traços dos nossos iniciais passos sobre a terra. Poucos o arriscam fazer com plena sinceridade, sem escamotear as verdades mais duras, as que sempre tememos revelar.

A minha juventude e outros textos dispersos, de Sérgio de Sousa – edição Página a Página/2024

A autoficção é um jogo limpo, em que nus nos expomos? Não é, não tem de ser. A quem interessará o lixo, o sarro, as lágrimas vertidas na almofada? Aos voyeuristas astutos, aos cuscas inveterados? Esses que busquem outros livros, outros autores, o que mais sobeja nas vitrines, até à náusea, é literatura light, que nos contam vidinhas murchas. Sérgio de Sousa, autor que muito prezamos, não traça caminhos sobre a estrumeira: já basta o que basta e nos polui os dias. É ele mesmo quem nos afirma: «Aqui, resolvi consignar o que considerei mais relevante que fique a saber-se de quanto vivi na juventude.» Nem mais.

De origem burguesa, o jovem Sérgio, nascido sob a batuta vigilante e severa de um já velho Estado Novo, andará em quase permanente saco de viagens entre a casa do pai e a da avó materna (os pais estavam separados), conhecerá várias casas, bairros diversos de uma Lisboa, à época (1950/60) ainda poiso acessível à bolsa dos alfacinhas: do Chiado, às Necessidades, Campo de Ourique, muitas casas de permeio, com os avós, as tias, os primos e o pai, o cúmplice, sempre presente. Não se pense que estas andanças de casa em casa se assemelha aos percursos da família Saramago por quartos ou, nos melhores dias, por parte de casas de uma Lisboa desigual, sequer das *Viagens de Um Pai e de Um Filho Pelas Ruas da Amargura*, de Baptista Bastos. As contínuas mudanças de Sérgio resultam da condição profissional do pai, economista, e da mudança de estatuto.

O progenitor que o levará a Paris, ao teatro e às Folies Bergères, e ele num espanto inquieto de luzes e mulheres semi-nuas. Os cinemas de bairro, os liceus Camões e Pedro Nunes, onde se iniciou nas lutas estudantis dos estudantes do secundário, com relevante acção militante; os livros primeiros: Julio Dinis, Herculano, Garrett, António Nobre Melville, Anatone France. Tudo isto antes que uma prima que vivia ao Arco do Cego, lhe oferecer uma bicicleta, a qual, por determinação paterna foi devolvida à procedência acompanhada de cruel missiva: «Não sou um menino rico, não tenho condições para brincar com uma bicicleta.»

Mas o despertar do desejo compensa todos estes pequenos desgostos de percurso: «A minha qualidade de vida melhorou. Até uma rapariga que ia dançar aos Alunos de Apolo me pedia para se sentar na minha mesa na esplanada do Jardim da Estrela.»

A minha juventude e outros textos dispersos, de Sérgio de Sousa, não se detém nas suas interessantíssimas memórias de adolescência. Outra faceta do autor assaz menos conhecida, a de crítico literário, percorre o volume, em textos incontornáveis.

Sérgio é um autor sensível, senhor de uma prosa arguta e culta, a escrever atento ao seu/nosso tempo e sempre do lado justo da vida, aquele em que bate o coração.

FRASES

Gastos militares dos países da NATO vão aumentar 18% neste ano.

(Título, Diário de Notícias, 19.6.24)

De uma só vez, num dia, vi cinco crianças a morrer. (...) Na sala de reanimação, onde está muito, muito calor, ouvem-se os bips dos monitores de batimento cardíaco, que vão lentamente baixando de ritmo à medida que as pessoas vão morrendo.

(Tom Lewendon, fotógrafo britânico que esteve em hospitais de Gaza, Público, 23.6.24)

Portugal, cais de partida para uns e país de acolhimento para outros, tem uma história longa e variada de migrações no seu território, que merece ser contada.

(Miriam Halpern Pereira, Público, 25.6.24)

SUGESTÕES DA SEMANA

Cinema

FEST – Festival Novos Realizadores, Novo Cinema, com 268 filmes distribuídos por sessões competitivas e panorâmicas. Programa em www.fest.pt

Até dia 1 de Julho, em vários espaços do concelho de **Espinho**.

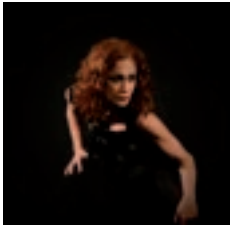
Teatro

A Cantora Careca, de Eugène Ionesco, pelo Intervalo, Grupo de Teatro, com encenação de Pedro Miguel Silva, direcção geral de Fernando Tavares Marques. Estreia **dia 28**, sextas e sábado, **21h30**, no Auditório Municipal Lourdes Norberto, Linda-a-Velha, **Oeiras**.

As Troianas, texto de Hélia Correia e Jaime Rocha, com encenação de Susana C. Gaspar e de Paulo Campos dos Reis, pela Companhia de Teatro de Sintra - Chão de Oliva **Hoje, 27,** estreia absoluta, e **até 3 de Agosto**, de quinta a sábado, 21h30, na Quinta da Regaleira, **Sintra**.

Eventos

Jardim de Verão, concertos com sons e ritmos de várias culturas, ciclos de cinema e de conversas, integram a programação deste evento ao ar livre e entre-portas. Entrada livre. Programa em https://gulbenkian.pt/jardim-de-verao/.

Até 7 de Julho, na Fundação Calouste Gulbenkian, **Lisboa**.

O Beijo do Poeta, concerto de lançamento do CD/Livro homónimo, criação da actriz, cantora e intérprete Adriana Queiroz, a partir de poemas de Natália Correia e José Carlos Ary dos Santos.

Dia 2, 21h00, no Teatro da Trindade, **Lisboa**.

Feiras e mercados

Feira de São João, os 50 anos da Revolução do 25 de Abril dão o mote à programação que integra espectáculos musicais, exposições, mostra de actividades económicas e sociais, actividades desportivas, animação e gastronomia.

Até dia 30, no renovado recinto do Rossio de São Brás, **Évora**.

Dança

Festival Internacional de Dança reúne 1.200 bailarinos de 33 escolas de Portugal e de Espanha, num evento da ADEIXA – Associação de Dança do Eixo Ibero Atlântico.

Até dia 30, em sete espaços públicos de **Vila Nova de Cerveira.**

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1								■							
2					■	■						■			
3						■					■				
4	■									■				■	
5		■					■								■
6			■					■							
7				■								■			
8								■					■		
9	■								■					■	
10		■				■									■
11					■					■					
12				■						■	■				
13								■							

HORIZONTAIS 1 - Abraço; milicianos antes de passarem a aspirantes. 2 - Aperto; elemento simples, gasoso, amarelo-esverdeado, de cheiro activo e sabor cáustico; ave pernalta corredora que se assemelha à avestruz. 3 - Resina odorífera cor de enxofre; popularidade; morder. 4 - Limpar com cinza; enunciar ou percorrer com a vista ou com os dedos (palavra, texto) procurando interpretar o seu significado. 5 - Espécie de veado das regiões do Norte; tornar a fazer. 6 - Haver de distância, de diferença; cantor ambulante; reaver. 7 - Debaixo de; bom caçador de ratos; corpo de edifício em plano posterior ao da frente daquele a que está junto. 8 - Efeminado; fiança, quando prestada, em forma própria, na letra de câmbio, livrança ou cheque; aqueles. 9 - Socorrera; diz-se do fonema que é produzido pela boca, sem ressonância nasal (gram.). 10 - Emprego frequente de alguma coisa para satisfação de necessidades humanas; pôr rubrica em. 11 - Excesso no gosto de comer e beber; contr. da prep. de com o pron. pess. ele; fugir alucinadamente. 12 - Acrónimo de Imposto sobre o Valor Acrescentado; flutuar; ligação, conexão. 13 - Laje em que se acende o fogo; demolir, destruir, deitar abaixo.

VERTICAIS 1 - Registo de sessão de colectividades deliberativas; imposto aplicável a transacções imobiliárias (ant.); que se move com facilidade e presteza. 2 - Irmã (fam.); largura, circunferência, espaço redondo; bago do cacho da videira. 3 - Prega; lisonjear servilmente. 4 - Lâmina pequena; divindade que se supunha ser inspiradora da poesia. 5 - Coberto de cera; exprime a ideia de dois, duas vezes (pref.). 6 - Sinal que deixa um dedo quando toca numa coisa; sofrimento. 7 - Esvaziar; fluxo seroso do ouvido. 8 - Luz da Lua; classe. 9 - Corrida desordenada; falso. 10 - Pedra do altar; ardor. 11 - Contr. da prep. de com o art. def. o; oficina ou profissão de latoeiro. 12 - Resmungo (fig.); omissão. 13 - Proposição que, para se admitir ou se tornar evidente, precisa de demonstração; deuses protectores do lar e da família, entre os antigos Romanos. 14 - Nome da letra M; crivo; contenda. 15 - Mulher de Abraão, mãe de Isaac (Bíbl.); medida para secos correspondente ao alqueire; grande porção.

SUDOKU

9			3				5	1
					9		8	
				7	8	3		9
		9			1			5
8			6		5			4
1			2			8		
2		1	8	4				
	9		1					
6	5				3			8

					9	3		
	3						6	2
	4		1					9
	2			4		7		1
8		5		2			9	
3					1		5	
7	5						2	
		4	8					

HORIZONTAIS: 1 - Amplexo; cadetes. 2 - Tala; cloro; ema. 3 - Anime; aura; roer. 4 - Acendrar; ler. 5 - Alce; refazer. 6 - Ir; aedo; retomar. 7 - Sob; rateiro; ala. 8 - Adamado; aval; os. 9 - Ajudara; oral. 10 - Uso; rubricar. 11 - Gula; dele; aurir. 12 - IVA; boiar; nexo. 13 - Lareira; arrasar.

VERTICAIS: 1 - Ata; sisa; ágil. 2 - Mana; roda; uva. 3 - Plica; bajular. 4 - Lamela; musa. 5 - Encerado; bi. 6 - Dedada; dor. 7 - Ocar; otorreia. 8 - Luar; aula. 9 - Correria; bera. 10 - Ara; fervor. 11 - Do; latoaria. 12 - Rezo; lacuna. 13 - Teorema; lares. 14 - Eme; ralo; rixa. 15 - Sara; rasa; ror.

9	8	4	3	6	2	7	5	1
7	2	3	5	1	9	4	8	6
5	1	6	4	7	8	3	2	9
3	4	9	7	8	1	2	6	5
8	7	2	6	3	5	9	1	4
1	6	5	2	9	4	8	7	3
2	3	1	8	4	6	5	9	7
4	9	8	1	5	7	6	3	2
6	5	7	9	2	3	1	4	8

1	7	2	5	6	9	3	4	8
5	3	9	7	8	4	1	6	2
6	4	8	1	3	2	5	7	9
9	2	3	6	4	5	7	8	1
4	6	7	9	1	8	2	3	5
8	1	5	3	2	7	4	9	6
3	8	6	2	7	1	9	5	4
7	5	1	4	9	6	8	2	3
2	9	4	8	5	3	6	1	7

Lê e divulga

Assine!
Para receber o jornal por correio, preencha esta ficha, e envie-a, com comprovativo de pagamento (transferência bancária, vale postal ou cheque), para a Editorial Avante! (Campo Grande, 220-A, 1700-094 LISBOA, ou assinaturas@editorial-avante.pcp.pt).
Pode igualmente fazer a sua assinatura através do sítio na internet, aproveitando os vários métodos de pagamento disponíveis (cartão de crédito, PayPal, multibanco e MB Way)

Ficha de assinante
Nome____
NIF____
Morada____
Localidade______________________________________
Código Postal____________________________________

Assinatura por: ☐ 52 números ☐ 26 números

Assinatura *(IVA e portes incluídos)*

52 números . . . . € 67.00
26 números . . . . € 34.00
Europa . . . . € 130.00
Fora da Europa: (52 números) . . . . € 195.00

Pagamento por transferência bancária:
IBAN - PT50 0007 0021 0013 5130 0025 9
BIC - BESCPTPL

Dá acesso aos conteúdos na internet entre as 9h00 de hoje e as 8h59 do dia de saída do próximo Avante!

Utilizador: leitor
Senha: id38!XC

Forma de acesso

Para aceder a todo o conteúdo do Avante! na internet, siga os seguintes passos:
1. Preencha o campo «utilizador» com a palavra leitor;
2. Preencha o campo «senha» com a senha indicada na edição do Avante! da semana (as senhas anteriores deixam de ser válidas às 9 horas da manhã de cada 5.ª feira);
3. Resolva o problema matemático indicado em baixo sob a designação CAPTCHA, preenchendo o resultado no campo disponível:
4. Para submeter os dados, iniciando o acesso, accione o botão submeter;
5. Para quem optou por guardar a senha no navegador da internet, em cada semana terá de remover a senha da semana anterior.

CDU

Lisboa
- Sábado, 29, 15h00, plenário CDU, com **João Pereira**, do Executivo da DORL, no CT dos Olivais (R. Quinta da Fonte, n.º 7).

Viagens

Chipre – Nicósia, Famagusta, Larnaca (11 a 21 Setembro)
Murmansk - Em busca das Auroras Boreais (18 a 28 Setembro)
Cabo Verde - Cidade da Praia, Tarrafal, Ilha do Fogo (13 a 20 de Outubro)

Mais informações para m.gouveia@pcp.pt

Viagem Política, Histórica, Cultural e Turística a Cuba

22 Novembro a 8 de Dezembro 2024
(17 dias e 16 noites, com tudo incluído)
- Encontro político com o ICAP, com médicos e enfermeiros da Brigada Henry Reeve e com um CDR de Santiago de Cuba.
- Visita à 2ª Frente Oriental, a projectos comunitários de interesse social, a uma Escola Primária e a um Posto Médico na Sierra Maestra.
- Visita às Províncias de Santiago de Cuba, Granma, Sancti Spiritus, Villa Clara, Camaguey, Matanzas, CienFuegos, Havana e Pinar del Rio.
- Visita a locais históricos e emblemáticos da Revolução, como Sierra Maestra, Playa Girón, Quartel Moncada, Cemitério de Santa Ifigênia e Ciénaga de Zapata, mas também a locais de interesse turístico e cultural como Mural da Pré-história, Cueva del Indio, Trinidad, Valle dos Engenhos, Criadeiro de Crocodilos, Centro Fidel Castro Ruz, Cerimónia del Canhonazo, Monumento do Che, Cayo Coco e Havana Velha, entre muitos outros.

Aceitam-se inscrições até 10 de Outubro.
Contactos: Elizabete Santos. 915 722 656 ou o CT Vitória, 213 307 000.

PROPRIEDADE Partido Comunista Português R. Soeiro Pereira Gomes, 3 1600-196 Lisboa Tel. 217 813 800 NIF – 500 940 673 ADMINISTRAÇÃO E EDIÇÃO Editorial «Avante!», SA Campo Grande, 220-A 1700-094 Lisboa Capital social: 275 000 € CRC matrícula: 47059 NIF – 500 090 440 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Presidente – Francisco José Névoa de Melo.Vogal – Idalina da Conceição Simões Silva.Vogal – José Pedro Correia Soares DETENTORES DE CAPITAL COM MAIS DE 5%: Francisco José Névoa de Melo = 36,363%. José Élio Sucena = 36,363%. José Pires Marques De Oliveira = 8,363%. José Pedro Correia Soares = 8,363%, Joaquim Carlos Eleutério Vaz Correia = 8,363% DIRECÇÃO E REDACÇÃO Partido Comunista Português R.Soeiro Pereira Gomes, 3 1600-196 LisboaTel.217 813 817 Fax: 217 817 193 Email: avante@avante.pt avante@pcp.pt Web:www.avante.pt DIRECTOR Manuel Rodrigues CHEFE DE REDACÇÃO Gustavo Carneiro CHEFE ADJUNTO João Chasqueira REDACTORES Domingos Mealha, Hugo Janeiro, Miguel Inácio. GRAFISMO Inês Seixas, Jorge Caria FOTOGRAFIA Inês Seixas, Jorge Caria DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! Campo Grande, 220-A 1700-094 Lisboa Tel. 21 816 17 60 Tel. 21 816 17 68 Alterações de remessa Até às 17 horas de cada sexta–feira:Tel.21 816 17 68 email: assinaturas@editorial-avante.pcp.pt DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL VASP – Sociedade de-Transporte e Distribuição, Lda.Media Logistics Park Qta. do GrajalVenda Seca 2739-511 AGUALVA-CACÉM Tel. 21 433 70 00 Fax: 21 432 60 09 ASSINATURAS Campo Grande, 220-A 1700-094 Lisboa Tel. 21 816 17 68 email: assinaturas@editorial-avante.pcp.pt IMPRESSÃO Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, SA Estrada de S.Marcos, n.o 27 S.Marcos 2735-521 CACÉM Depósito legal n.o 205/85 Registo ERC 102 235 ISSN 0870-1865. Tiragem média 14 500.

Reuniões e iniciativas

Algarve
Faro
- **Hoje, 27,** 20h00, jantar de São Pedro, com **Celso Costa**, do CC, no CT de Faro.
- **Sábado, 29**, 15h00, plenário de militantes no CT de Faro.

Portimão
- **Sábado, 29**, 19h00, jantar-convívio, seguido de plenário de militantes, no CT de Portimão.

Loulé
- **Sábado, 29**, 13h00, almoço-convívio, seguido de plenário de militantes, no CT de Quarteira.

Lagos
- **Domingo, 30** 13h00, almoço-convívio, seguido de plenário de militantes, no CT de Lagos.

Braga
Barcelos
- **Sábado, 5 de Julho**, 15h30, no quadro do Roteiro do Livro Insubmisso, apresentação do livro «O Mundo Velho Está a Morrer. O Novo Ainda Não Nasceu Este É o Tempo dos Monstros», com o autor, **António Avelãs Nunes**, professor catedrático e jubilado, **Luís Miguel Loureiro**, professor universitário e doutorado em Ciências da Comunicação, e **Vítor Bertolucci**, da Organização Concelhia de Barcelos do PCP, na Casa da Juventude, Barcelos.

Leiria
Leiria
- **Sábado, 29**, 16h00, plenário de militantes concelhio, no CT de Leiria

Alcobaça
- **Quinta-feira, 7 de Julho**, 21h00, plenário de militantes concelhio, com **João Norte**, do Executivo da DORLEI, no CT de Alcobaça,

Peniche
- **Sexta-feira, 5 de Julho**, 21h00, plenário de militantes concelhio, com **Luís Caixeiro**, do CC, no CT de Peniche.

Pombal
- **Sábado, 13 de Julho**, 15h00, plenário de militantes concelhio, com **José Luís Sousa**, do Executivo da DORLEI, em casa do camarada Calvário.

Marinha Grande
- **Sexta-feira, 19**, 21h00, plenário de militantes concelhio, com **Luís Caixeiro**, no CT da Marinha Grande.

Lisboa
Amadora
- **Sábado, 29**, 15h30, plenário de militantes da Freguesia de Brandoa e Alfornelos, com **Gonçalo Tomé**, do CC, seguido de convívio com petiscos.
- **Domingo, 30**, 15h00, plenário de militantes da Falagueira e Venda Nova, com **Deolinda Bernardino**, no CT da Amadora.

Lisboa
- **Quinta-feira, 27**, 18h30, plenário do Sector da Função Pública da OR de Lisboa, com **João Frazão**, da Comissão Política, no CT Vitória.

Mafra
- **Sexta-feira, 28**, 21h00, plenário de militantes, no CT de Mafra.

Porto
- **Hoje, 27**, 21h30, plenário de militantes do Sector Intelectual do porto, com **Rogério Reis**, do CC, no CT da Boavista.

Santarém
Abrantes
- **Sexta-feira, 28**, 18h00, plenário de militantes do Tramagal, Rua Ribeiro Seco, n.º 206, Tramagal

Santarém
- **Sábado, 29**, 16h00, plenário de militantes, no CT de Santarém (DORSA)

Paulo Raimundo
Secretário-Geral do PCP

Domingo – 30 de Junho
PENAFIEL
11h00 – Encontro com trabalhadores das Pedreiras
Junta de Freguesia de Boelhe (Largo da Arca, 10)

AMARANTE
13h00 – Almoço
Escola Amadeo de Souza Cardoso

PAÇOS DE FERREIRA
15h30 – Comício
Parque Urbano de Freamunde

6.ª Feira – 5 de Julho
LISBOA
10h00 – Audição Pública
Novo Aeroporto de Lisboa, Terceira Travessia e Alta Velocidade Ferroviária
- recuperar atrasos, desenvolver o País
na Assembleia da República

Domingo – 7 de Julho
CAMINHA
15h00 – CDU - Passeio das mulheres
Vilar de Mouros

JCP

Bancas venda do Avante!
Lisboa
- **Hoje, 27**, 21h00 às 22h00, Praia das Conchas (Cine Conchas).
- **Sexta-feira, 28**, 10h00 às 18h00, Campo Grande; 21h00 às 22h00, Praia das Conchas (Cine Conchas).
- **Sábado, 29**, 21h00 às 22h00, Praia das Conchas (Cine Conchas).

Setúbal
- **Hoje, 27**, 16h00 às 18h00, metro do Laranjeiro; 16h00 às 18h00, terminal rodo-ferro-fluvial do Barreiro.

Banca de venda de EP
Coimbra
- **Hoje, 27,** 14h00, Praça da República.

Évora
- **Quarta-feira, 3 de Julho**, 17h00, Jardim Público.

Iniciativas JCP
Évora
- **Até domingo, 30**, 18h00 às 24h00, banca da JCP na Feira de São João.

Santarém
- **Até sábado, 29**, banca da JCP na Festa da Amizade.

Acampamento Internacional Julio Antonio Mella

51.ª Brigada Europeia José Marti
De 14 a 28 de Julho de 2024
A actividade da Brigada desenrola-se no CIJAM – Campamento Internacional Julio Antonio Mella, localizado a 45 Km de La Habana, no município de Caimito
Inscrições até 14 de Junho
Informações: no sítio da Associação de Amizade Portugal Cuba ou através do e-mail aapcuba@gmail.com

A TALHE DE FOICE

Escalada

Gustavo Carneiro

1. «Em toda a Europa e Canadá os aliados da NATO estão este ano a aumentar os gastos em defesa em 18%. É o maior incremento em décadas», salientou o ainda Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg, no dia 18, à margem de um encontro com o presidente dos EUA – que elogiou, ele próprio, o facto de o número de países membros a cumprir a «meta» dos 2% do PIB para a *Defesa* ter mais do que duplicado desde que assumiu o cargo. A NATO assume já hoje – e de muito longe – a maior fatia dos extraordinários e crescentes gastos militares mundiais, sendo a primeira responsável pela corrida aos armamentos que marca o nosso tempo: em 2023, os 31 membros da NATO representaram 55% do total mundial (com os EUA, sozinhos, a ultrapassarem os 40%).

2. O Instituto Internacional de Estocolmo para os Estudos da Paz (SIPRI, na sigla inglesa) apresentou um relatório em que realça o aumento do número de ogivas nucleares preparadas para potencial utilização. EUA e Federação Russa concentram 90% do total de armas nucleares existentes, com os primeiros a terem desde há décadas dezenas de ogivas instaladas em países da Europa (Alemanha, Bélgica, Itália, Países Baixos e Turquia) e a Rússia a informar que colocará algumas na Bielorrússia. Segundo o relatório, desde o final da chamada *Guerra Fria* que as armas nucleares não desempenhavam um papel tão marcante nas relações internacionais. Para um dos responsáveis do SIPRI, «estamos à beira do abismo».

3. Não correu de feição ao imperialismo a «cimeira para a paz na Ucrânia», realizada recentemente na Suíça (e que de «paz» tinha só o nome). Para além dos países ausentes, houve os que participaram como observadores e os que se fizeram representar por delegações modestas. Vários não assinaram o comunicado final. Porquê? O Brasil não o fez por considerar impossível resolver o conflito no Leste da Europa discutindo apenas com uma das partes, defendendo a necessidade de uma negociação efectiva (já proposta anteriormente, aliás, em parceria com a China). A Turquia alegou motivos semelhantes: a cimeira poderia ter sido mais orientada para os resultados, garantiu o representante turco, «se a outra parte no conflito, a Rússia, estivesse presente». Sensivelmente o mesmo disseram a Índia e a Arábia Saudita.

4. Se é hoje mais amplo o campo dos que, preocupados com o risco de uma ainda maior escalada de guerra, se batem por uma solução política, importa lembrar que sempre houve quem o tenha defendido. Logo em Fevereiro de 2022, o PCP apelou à «urgente desescalada do conflito, à instauração de um cessar-fogo e à abertura de uma via negocial». Todos nos lembramos do que então se disse. Tivessem as vozes da paz sido ouvidas e poupar-se-iam muitas vidas: as que já se perderam e as que ainda se perderão.

Festival em Melides celebra a paz e Abril

A Plataforma pela Paz e pelo Desarmamento vai dinamizar, no Parque da Feira de Melides, Grândola, nos dias 19, 20 e 21 de Julho, o Festival «Dêem uma oportunidade à paz», este ano com o mote «Em cada rosto igualdade».

Com entrada gratuita, o Festival está inserido nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e do carácter emancipador que este assume para a juventude, o povo e o País. «Melides será local de encontro de várias associações de todo o País, de jovens e de todos aqueles que procurem o Festival para se divertir, para construir e celebrar o futuro de paz e cooperação que a juventude e os povos procuram nas suas vidas», assegura, em nota de imprensa, a Associação Projecto Ruído, que integra a Plataforma.

Defender Abril enquanto projecto de futuro

Durante os três dias, num ambiente de «fraternidade e alegria», está prevista a actuação de Toy, Xtinto, João Maia Ferreira, Violet, Samba do Serginho e Dj Santi, bem como a realização de debates, mesas redondas, exposições e actividades diversas, dando particular destaque à importância de defender Abril enquanto projecto de futuro, de liberdade e progresso social, bem como reflectir e discutir sobre temas como a situação nacional e internacional, abordando temáticas como a urgência de uma resolução política e pacífica dos conflitos em todo o mundo, a defesa do Ambiente e o direito à Cultura.

Movimento Associativo

O Festival, também promovido pela Câmara Municipal de Grândola, contará ainda com um espaço dedicado ao Movimento Associativo, onde todas as estruturas participantes terão a oportunidade de expor a sua actividade e promover iniciativas, dando a conhecer o seu enorme contributo para a democracia, a participação popular, a promoção da cultura e do desporto.

Apelo à participação

Evocando «os valores da paz em Portugal e no mundo, do desarmamento, da solidariedade internacional, da cooperação e do progresso social, nunca esquecendo o valor e a centralidade do 25 de Abril para que tudo isto seja alcançável», a Plataforma pela Paz e pelo Desarmamento convoca «todos aqueles que se identificam com estes valores» a participar no Festival «Dêem uma oportunidade à paz – Em cada rosto igualdade», para «dar mais força a esta luta que não perdeu actualidade». «50 anos depois da Revolução, a juventude permanece um pilar indispensável da defesa dos seus valores e conquistas», afirma a Plataforma, num apelo à participação do Festival.

MURPI exige rapidez a recalcular pensões

Depois da denúncia da Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos – MURPI, o Governo publicou, no dia 20 de Junho, a Portaria n.º 170/2024, com as tabelas de revalorização das remunerações para efeitos de cálculo das pensões iniciadas entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2024.

Anteontem, 25, o MURPI exigiu que o Executivo PSD/CDS accione, com a máxima rapidez, os mecanismos necessários para que as pensões em questão sejam recalculadas e pagas as diferenças com retroactivos a Janeiro deste ano.

Segundo a Confederação, estima-se que cerca de 30 mil pensionistas da Segurança Social e seis mil da Caixa Geral de Aposentações com início de pensão em 2024, tiveram as pensões calculadas com os factores de revalorização em vigor de 2023, pelo que estavam a receber uma pensão de valor inferior àqueles a que efectivamente tinham direito.

«Nem o governo do PS em funções até Março passado, nem o Governo actual em funções desde 2 de Abril, publicaram atempadamente a Portaria de actualização das remunerações contendo os factores a considerar no cálculo das pensões iniciadas a partir de 1 de Janeiro de 2024», denuncia o MURPI.

5 603199 000445 02639